



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Curso de Serviço Social



LILIANE SILVA VILAS BOAS

**O ACIRRAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL
NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS SUAS
PRINCIPAIS EXPRESSÕES NA REALIDADE BRASILEIRA**

Mariana - MG

2018

LILIANE SILVA VILAS BOAS

**O ACIRRAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL
NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS SUAS
PRINCIPAIS EXPRESSÕES NA REALIDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Mayer

Mariana - MG

2018

V697a

Vilas Boas, Liliâne Silva.

O acirramento das expressões da questão social no capitalismo contemporâneo [manuscrito]: uma análise das suas principais expressões na realidade brasileira / Liliâne Silva Vilas Boas. - 2018.

71f.: il.: color; grafis; mapas; Planilha.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.

Coorientadora: Profª. MScª. Isis Silva Roza.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Questão social - Brasil. 2. Produção capitalista - Brasil. 3. Capitalismo - Aspectos sociais - Brasil. 4. Particularidades do Brasil. 5. Desigualdade Social - Brasil. I. Mayer, André Luiz Monteiro. II. Roza, Isis Silva. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 330.56(81)

“O ACIRRAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DAS SUAS PRINCIPAIS
EXPRESSÕES NA REALIDADE BRASILEIRA”

LILIANE SILVA VILAS BOAS

ORIENTADOR (A): PROF. DR ANDRÉ MAYER

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto - UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

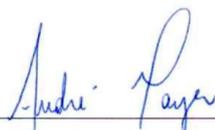
Aprovado em: _06_ / _02_ / _2018_



PROFA MS. ISIS SILVA ROZA



PROFA. PATRICIA DA SILVA COUTINHO



PROF. DR. ANDRÉ MAYER

Dedico este trabalho a todos os brasileiros que sofrem cotidianamente na pele os efeitos nefastos da desigualdade social provocada pelo capitalismo no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que define o momento de ter chegado até aqui nesse processo longo e árduo que é a graduação. Gratidão a Deus, por ter me dado forças durante a caminhada. Aos meus pais Izabel e Veraci pelo amor incondicional e apoio durante toda a vida, aos meus irmãos pela amizade e companheirismo, e ao meu companheiro de vida pelo amor, paciência e compreensão durante este processo.

Ao professor André Mayer, pela orientação e pelas trocas valiosas durante as aulas de Trabalho e Sociabilidade e nos debates da Liga dos Comunistas, e pela oportunidade que me foi dada a prestar monitoria nesta disciplina, o que contribuiu grandemente na minha formação acadêmica.

A professora Isis, pelo carinho, paciência e solidariedade nas orientações para a execução deste trabalho e por ter aceitado o convite de participar da banca examinadora. A professora Patrícia pelas trocas durante a eletiva Capitalismo, Pobreza e Barbárie, que contribuiu com este trabalho e pelo empenho e dedicação com os alunos na sua passagem pela UFOP, e por ter aceitado o convite de participar da banca examinadora.

Aos colegas de sala da turma 14.1 pelo companheirismo de compartilhar do mesmo sonho profissional e as trocas durante esses quatro anos. A todos os mestres do Serviço Social que passaram no decorrer da graduação, que contribuíram com a minha formação acadêmica. A todos os funcionários do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que zelam pela manutenção e funcionamento deste campus.

A toda equipe profissional e usuários do CRAS Cabanas e CRAS Distritos, espaços de profundo aprendizado durante meu período de estágio obrigatório, e a minha supervisora de campo Vanuza pelos ensinamentos compartilhados neste processo.

A todos que direta, ou indiretamente colaborou para realização dessa etapa, eterna gratidão!

RESUMO

O presente ensaio visa fazer uma elucidação crítica acerca do acirramento geral das expressões da questão social no capitalismo contemporâneo brasileiro e as suas principais implicações, bem como o quadro da desigualdade social no Brasil atualmente. Nesse sentido, abordam-se brevemente os aspectos gerais do modo de produção capitalista e as categorias marxianas centrais como o trabalho e a mercadoria. Nessas condições, analisamos o processo e o movimento de acumulação e reprodução do capital e a gênese da questão social, oriunda da lei geral de acumulação capitalista e da contradição entre capital e trabalho. Durante esta pesquisa, identificou-se ainda a fase imperialista do capitalismo - “anos dourados” e o processo keynesiano-fordista como pilares, bem como o aparato que o capital usa como estratégia para sair das suas crises inerentes ao seu modo de produção, como a financeirização; reestruturação produtiva e ideologia neoliberal. Procuramos fazer uma breve discussão como se deu o processo de formação histórica particular no Brasil, que primeiramente tem que se entender a noção de desenvolvimento desigual e combinado, sendo fundamental para pensar a produção e reprodução da questão social no país. Por fim, procuramos trazer em aspectos gerais o retrato das expressões da questão social no cenário atual brasileiro, bem como o índice de vulnerabilidade social (IVS) e desigualdade no Brasil. Para o desenvolvimento das análises aqui elencadas a metodologia utilizada partiu de um estudo e pesquisa bibliográfica, seguindo viés de uma perspectiva teórico crítica, utilizando o método materialista histórico dialético, a fim de acompanhar o movimento contraditório do real e também se pautou de pesquisas de órgãos e plataformas do governo brasileiro e jornais eletrônicos.

Palavras-chave: questão social; modo de produção capitalista; capitalismo contemporâneo; particularidades do Brasil; desigualdade social.

ABSTRACT

The present essay aims to elucidate critically the general aggravation of expressions of the social question in contemporary Brazilian capitalism and its main implications, as well as the framework of social inequality in Brazil today. In this sense, the general aspects of the capitalist mode of production and the central Marxian categories such as labor and commodity are briefly discussed. In these conditions, we analyze the process and the movement of accumulation and reproduction of capital and the genesis of the social question, arising from the general law of capitalist accumulation and the contradiction between capital and labor. During this research, the imperialist phase of capitalism - "golden years" and the Keynesian-Fordist process as pillars was identified, as well as the apparatus that capital uses as a strategy to get out of its crises inherent to its mode of production, as financialization; productive restructuring and neoliberal ideology. We try to make a brief discussion as the process of particular historical formation took place in Brazil, which first has to understand the notion of uneven and combined development, being fundamental to think about the production and reproduction of the social question in the country. Finally, we seek to bring in general aspects the portrait of the expressions of the social question in the current Brazilian scenario, as well as the social vulnerability index (IVS) and inequality in Brazil. For the development of the analyzes listed here, the methodology used was based on a bibliographical study and research, following a critical theoretical perspective, using the dialectical historical materialist method, in order to follow the contradictory movement of the real and also was based on organ searches and platforms of the Brazilian government and electronic newspapers.

Key-words: social issue; capitalist mode of production; contemporary capitalism; particularities of Brazil; social inequality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. ASPECTOS GERAIS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	11
1.1- O trabalho enquanto uma categoria central para compreender a constituição do ser social.....	11
1.2- A mercadoria como centro da sociabilidade humana e o funcionamento do Modo de Produção Capitalista.....	14
1.3- O movimento de acumulação e reprodução do capital: a gênese da Questão Social.....	18
1.4- Os marcos do Imperialismo: keynesianismo – fordismo como pilares.....	25
1.5- O capitalismo na contemporaneidade e suas implicações para a classe trabalhadora.....	32
2. A QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE DO CAPITALISMO NO BRASIL E AS SUAS IMPLICAÇÕES	41
2.1- Questão social: um debate contemporâneo.....	42
2.2- Questão social e as particularidades da formação histórica do Brasil.....	45
2.3- A questão social no Brasil contemporâneo.....	52
2.4- O acirramento das expressões da questão social e o quadro da desigualdade social no Brasil contemporâneo.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte de inquietações adquiridas ao longo da graduação em Serviço Social a partir de todo o debate crítico em sala de aula, principalmente nas discussões proporcionadas pelas disciplinas de Trabalho e Sociabilidade, Teoria Social I, II e III, Acumulação Capitalista e Questão Social e também debates realizados na Liga dos Comunistas e no Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB). E de todo o processo de apreensão teórico crítico dialético na visão marxista, que contribui para “desnaturalizar” aquilo que é visto como comum e corriqueiro na sociedade capitalista em que vivemos. O arcabouço teórico-metodológico adquirido nesses quatro anos de graduação, e a inserção em campo de estágio contribuiu na vontade de debater sobre o modo de produção capitalista, o seu processo de acumulação, bem como a gênese da questão social e as suas implicações na cena contemporânea brasileira.

Sendo assim, a real intenção dessa pesquisa é de modo geral analisar os aspectos centrais do modo de produção capitalista, partindo de Marx (2013) e de autores marxistas como Netto (2009); Netto e Braz (2012); Harvey (1993); Antunes (2000) e Alves (2000); entre outros; bem como a categoria trabalho, central para compreender a constituição do ser social, e a mercadoria, como centro da sociabilidade humana na órbita do capital, e é a célula fundamental do modo de produção capitalista. Diante disso, traçamos o processo de acumulação e reprodução do capitalismo, bem como a sua fase imperialista – “anos dourados”, e todos os processos que se utilizou para sair estrategicamente de suas crises como a reestruturação produtiva, financeirização, neoliberalismo. Além disso, pontuamos os processos keynesiano-fordista e o toyotismo, formas cada vez mais cruéis de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Diante desse ponto de partida no primeiro capítulo, o segundo traz apontamentos mais centrais em relação a gênese da questão social, oriunda da contradição entre capital e trabalho e o seu debate contemporâneo na visão de autores como Santos (2012); Behring, Boschetti (2011); Yamamoto (2001,2011);

Telles (1996); Netto (2001, 2009); Pereira (2001); Yazbek (2001); Castel (1995); Soares (2001); Montano (2010); Salvador (2010); dentre outros.

Em seguida, se faz um enredo mostrando a particularidade da formação histórica do Brasil, que se deu de forma desigual e combinada com traços arcaicos e “pelo alto”, se debate sobre a questão social no Brasil contemporâneo e de modo geral o acirramento das expressões da questão social e o quadro da desigualdade social no Brasil recentemente. Passando por pontos e mostrando a taxa de desemprego mais recente, os gastos e orçamento do governo e o índice de vulnerabilidade social (IVS) mais atual do Brasil, o que mostra a disparidade entre as regiões do Brasil, em que se acentua a intolerável desigualdade social.

O referencial teórico da pesquisa é de caráter qualitativo e delineamento bibliográfico e documental, terá como suporte o método materialista histórico, isto é, desde já, reforçamos nossa opção teórica e posicionamento político, dando ênfase nas análises da tradição marxista sobre a realidade social.

É enorme o desafio de pesquisar sobre o acirramento das expressões da questão social no Brasil contemporâneo e as suas implicações, diante da complexidade que envolve tal discussão, entretanto é de suma importância esse debate que alarga as contribuições de entendimento da impossibilidade de revolver a contradição antagônica entre capital e trabalho, dentro da lógica capitalista societária vigente e a enorme necessidade de sua superação para enfim uma emancipação humana da sociedade como um todo.

1. ASPECTOS GERAIS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Este capítulo procura tecer um debate acerca do funcionamento da ordem do capital em uma sociedade que tem como base o modo de produção capitalista (MPC). Dessa forma, são elencados os seus aspectos gerais, implicando a compreensão da centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social, da mercadoria como forma de sociabilidade humana, do processo de exploração da força de trabalho alheia, da produção de mais-valia, do movimento de acumulação e reprodução do capital e também da sua configuração na contemporaneidade. Segundo Netto e Braz (2012, p. 108– grifos dos autores) “[...] na entrada do século XXI, o MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um *sistema planetário*”.

Em suma, a reflexão aqui apresentada constitui a construção de um entendimento do processo posto pelo sistema capitalista que “atormenta” cotidianamente a classe trabalhadora em todos os espaços e recantos da vida social. Trata-se então, de uma tentativa de “desnaturalizar” aquilo que é visto como “natural”, procurando avançar no estudo da essência dos fenômenos criados e recriados pela sociedade capitalista, de forma crítica dialética.

1.1 O trabalho enquanto uma categoria central para compreender a constituição do ser social.

O trabalho é atividade racional do homem, em que ele atua sobre a natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades vitais. É o trabalho que vai diferir o gênero humano de outras espécies, sendo uma questão determinante. Nas condições da produção material da vida (relação permanente do homem com a natureza), as relações sociais vão se alterando e sendo constituídas ao longo desse processo. Sendo assim, o trabalho realizado de forma coletiva, potencializa as relações sociais, constituindo o ser social.

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 46– grifos dos autores):

[...] o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que a *relação sociedade/natureza*: implica uma *interação no Marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos - numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**.

À medida que o ser social se desenvolve, ele produz objetivações que, não obstante estejam relacionadas ao trabalho, mas que dele se afastam paulatinamente. As objetivações do ser social se tornam variadas e complexas, se emancipando do processo de trabalho. O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se esgota no trabalho. Essas objetivações estão conectadas ao mundo das idéias e se manifestam na religião, na ciência, na filosofia e na arte. “[...] ao cabo de milhares de anos, pensamento religioso, ciência, filosofia e arte tornaram-se objetivações autonomizadas do processo de trabalho, constituindo expressões do ser social desenvolvido [...].” (NETTO; BRAZ, 2012, p.52)

Independentemente do surgimento de objetivações mais complexas, o trabalho permanece como objetivação primária e ineliminável do ser social. Vinculados ao trabalho, aparecem alguns traços como: executar tarefas teleologicamente orientadas; comunicar-se por meio da linguagem articulada; tratar suas atividades e a si próprio de maneira reflexiva e consciente; saber escolher as alternativas; universalizar-se e sociabilizar-se. Esses traços, de acordo com Netto; Braz (2012) sintetiza o ser social.

Somente o ser social possui a capacidade de agir teleologicamente, apenas ele é capaz de projetar, de criar produtos que se objetivam na medida em que realizam projetos. Tal capacidade diferencia o trabalho humano das atividades dos outros animais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 327)

Como bem nos assegura Marx (2013), pode-se dizer que os homens se diferenciam dos animais pelo movimento do trabalho – processo composto pela prévia ideação (que parte do concreto pensado) consciente, e pela objetivação, o que resulta sempre na transformação da natureza e na do próprio indivíduo, que também se transforma, pois adquire conhecimentos e aprendizados.

Conforme lembrado por Netto e Braz (2012), é necessário ressaltar que o trabalho é efetivado sempre de forma coletiva, não existindo sujeito isolado, visto que, para a realização do trabalho também é utilizada a comunicação com outros sujeitos, por meio de uma linguagem articulada. A coletividade é uma condição primordial para a existência das relações sociais, e é através dessa sociabilidade (relações sociais) que se constitui o ser social.

A sociabilidade diz respeito às relações sociais, que têm vínculo com a produção material da vida. Ela está diretamente relacionada à gênese do ser social, ontologicamente em todas as suas atividades o homem só se constitui como tal se estiver em relação com outros homens coletivamente. Ao transformar a natureza o homem também transforma a sua própria natureza. O trabalho é a categoria fundante que possibilita o salto ontológico do ser natural para o ser social, ou seja, além de transformar a natureza proporciona a transformação do homem em ser social. Netto e Braz (2012) asseguram pelos dizeres de Lukács, que o trabalho é o eixo central do processo de humanização e refinamento das faculdades do homem, incrustado na práxis¹ humana.

Conforme o que foi exposto acima, é possível perceber que o trabalho apresenta uma centralidade ontológica na constituição do homem como ser social. Desde o processo de transformação da natureza buscando atender as necessidades vitais humanas até a (auto) transformação do próprio homem, o trabalho desenvolve um papel essencial.

¹Diz respeito às variadas atividades (espirituais, afetivas, culturais, artísticas) que afloram das relações sociais presentes na vida em sociedade, sendo que todas se mantêm devidamente articuladas ao trabalho (categoria determinante). (NETTO; BRAZ, 2012)

1.2 A mercadoria como forma de sociabilidade humana e o funcionamento do Modo de Produção Capitalista.

A mercadoria nos aparece no primeiro momento como algo simples e trivial presente no nosso cotidiano, mas a investigação que Marx faz acerca da mercadoria, vai nos mostrar algo mais complexo e misterioso. Vivemos num modelo de sociedade onde a riqueza se constitui como um acúmulo de mercadorias, o que aparece de imediato é o fato de que comprar, vender mercadorias e as coisas terem preço seja algo natural, mas não é algo tão simples quanto aparece.

Cabe destacar, que na sociedade que impera o modo de produção capitalista (MPC), a mercadoria² ocupa um lugar central, como célula base.

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. (MARX, 2013, p. 157)

A mercadoria segundo Netto e Braz (2012, p.92 – grifo dos autores), “[...] é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um *valor de uso*”. Mas, só são mercadorias porque ao mesmo tempo em que são objetos úteis são também dimensões de valor, isso significa que para ser uma mercadoria o valor de uso deve visar uma destinação social que chegue a quem dela precise por meio da troca. A mercadoria representa uma forma de sociabilidade humana, em que as relações de satisfação das necessidades não são diretas, e sim mediadas pelo mercado.

²“Os frutos espontâneos da terra, sendo em pequena quantidade e inteiramente independentes do homem, parecem ser fornecidos pela natureza do mesmo modo como se dá a um jovem uma pequena soma de dinheiro para que ele se inicie na indústria e faça fortuna”, James Steuart (ed.), *Principles of Polit. Econ.* (Dublin, 1770), v. I, p. 116.

Conforme exposto anteriormente, podemos salientar que a mercadoria é composta pelo valor de uso (trabalho concreto) e valor de troca (trabalho abstrato). Isto é, como ressalta Netto e Braz (2012, p. 93 – grifos dos autores) “[...] **a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca**”. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzi-la, sendo no processo de troca que o valor da mesma se realiza. O valor só se expressa na troca, por isso valor de troca é na verdade, valor.

O dinheiro vai ser uma terceira mercadoria que tem o poder de revelar o valor de todas as outras e funciona como uma intermediação entre mercadorias diferentes. [...] *“O dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu preço”*. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 102 – grifos dos autores).

Levando em consideração que a mercadoria é o cerne das relações capitalistas, é interessante ressaltar o fenômeno do fetichismo pensado por Marx. “[...] *independentemente dos momentos evolutivos da sua reflexão, desde que a economia política ingressa no seu universo intelectual, a operação crítica de Marx considera a problemática do fetichismo.*” (NETTO, 2015, p. 76 – grifos do autor)

No processo de produção mercantil as relações sociais existentes entre os produtores manifestam-se como relações entre mercadorias, segundo Marx (2013) “[...] forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Ocorre uma inversão: onde a criatura passa a dominar o criador, como se a mercadoria tivesse vida própria. Ao invés de se ter relação direta entre os indivíduos, ocorre relações materiais entre pessoas, e relações sociais entre as coisas.

[...] Muito se fala sobre o fetichismo da mercadoria, mas em geral não se leve em conta em que condições ele pode ser pensado e aceito como um fenômeno social. O fetichismo da mercadoria não é uma determinação indutiva, numa hipótese a ser verificada empiricamente. Por certo se percebe que a mercadoria opera no mercado como se fosse dotada de energia própria. [...]” (MARX, 2013, p. 96)

É importante ressaltar que o fetichismo não se encontra presente apenas na produção mercantil, mas se alastra para todas as relações sociais, pois a sociedade é completamente mercantilizada (reificada), absorvida pela lógica da compra e

venda de todas as esferas da vida humana. A mercadoria (fruto do trabalho explorado) e o fetichismo (forma de alienação específica) possibilitam uma coisificação da vida em sociedade. Mas conforme ressalta Netto (2015, p. 100 – grifos do autor) “O fetichismo próprio à sociedade burguesa constituída se manifesta, é indiscutível, em e por formas de vivência e representação alienadas. O fetichismo vincula-se, necessariamente, à alienação – *mas fetichismo e alienação não são idênticos*³.”

Ainda conforme Netto e Braz (2012), para que a produção e circulação de mercadorias se efetivem, é indispensável que se tenha a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho. A propriedade privada dos meios de produção diz respeito ao fato de apenas os capitalistas terem condições de comprar e vender mercadorias, inclusive a força de trabalho alheia (onde o trabalhador é “livre” para vender a sua), pois detém os meios de produção, como por exemplo, maquinaria. Já a divisão do trabalho significa literalmente uma fragmentação do trabalho em atribuições específicas e exclusivas para cada trabalhador.

De acordo com Marx (2013), o movimento do capital se expressa da seguinte maneira: é com D (capital na forma equivalente de dinheiro) que o capitalista compra M (mercadorias), assim como força de trabalho e meios de produção para serem empregados, com o intuito de produzir uma mercadoria acrescida de valor. Isso significa que quando for vendida a mercadoria se realizará como D´ (dinheiro acrescido -manifestação do lucro e da mais-valia que é a finalidade direta e o móvel determinante da produção). Com D´ acrescido, uma parte do D´ retorna ao D inicial, continuando assim o movimento do capital. Como bem ressalta Netto (2012, p. 109 – grifos do autor), “[...]. Este é o *sentido específico* da ação do capitalista: a partir de dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro.”

³O mesmo Schaff escreve: “A relação do fetichismo [...] está estreitamente ligada à alienação, mas não se trata de noções idênticas [...]. [A alienação] é a noção mais ampla e mais rica, que não pode ser limitada ao fenômeno do fetichismo” (Schaff, *O marxismo e o indivíduo*, ed. Cit., p. 135). E Vázquez: “Se o fetichismo econômico exprime a forma mais desenvolvida da alienação das relações econômicas sob o capitalismo, isso não significa que esgote o conceito de alienação” (*op.cit.*, p.452)

A parte de D que é investida em meios de produção é denominada de trabalho morto ou capital constante; e a força de trabalho constitui o trabalho vivo ou capital variável. A relação variável entre capital constante e capital variável designa a lei orgânica do capital, sendo que quanto maior o capital constante maior é a composição orgânica do capital (que é a relação variável entre composição técnica e composição valor), como evidencia Netto e Braz (2012).

Na medida em que o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalista é a produção de mais-valia. Pode-se mesmo afirmar que, no MPC, o que mobiliza a produção é a produção de mais-valia, que constitui a forma típica do excedente econômico nesse modo de produção. Ora, sem o capital constante (o *trabalho morto*), é impossível produzi-la, o capital constante é uma condição necessária para produzir mais-valia; porém, não é, nem de longe, condição suficiente – esta é representada pela força de trabalho (que devemos designar por *trabalho vivo*): a mais-valia é criada exclusivamente por ela. Assim, o capital não explora capital constante (os meios de produção, o trabalho morto) – explora a força de trabalho, o trabalho vivo. Por isso, o capital foi comparado por Marx ao vampiro: só existe “sugando trabalho vivo e [...] vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 115-116)

Diante do exposto, fica claro que a ação capitalista parte do dinheiro, produz uma mercadoria e consegue mais dinheiro do que aquele que foi usado no início do processo. Nesta lógica, o objetivo primordial do capitalista é se apropriar da quantia adicional gerada: o lucro; ele é proveniente de processos que se dão no âmbito da produção. Sem a alavanca poderosa que é o lucro, certamente os capitalistas não sobreviveriam.

Além do lucro, o D' contém a mais-valia, valor excedente apropriado pelo capitalista que se materializa na exploração da força de trabalho alheia. Em outras palavras, mais-valia é tudo aquilo que foi produzido, mas não foi pago ao trabalhador, sendo a sua extração a busca incansável do capitalista, até porque é a mais valia que sustenta a lógica do capital. Assim, fica claro que o modo de produção capitalista é sinônimo de mais-valia, e essa, respectivamente é sinônimo de exploração, pois é gerada de forma exclusiva pela força de trabalho (trabalho excedente).

De acordo com Netto e Braz (2012, p.114 – grifos dos autores) “[...] ao extrair do trabalhador a mais valia -, o capitalista não deixou de pagar o valor da força de trabalho: é que o salário representa sempre um montante de valor *inferior* ao produzido na jornada de trabalho.” Ao entregar a única mercadoria que possui (força de trabalho), o trabalhador recebe em troca um salário onde se traduz o seu preço.

Para que o capitalista se mantenha na dinâmica, não pode cair no deslize de gastar todo o valor excedente que detém nas mãos, é necessária que parte da mais-valia seja reinvestida no processo produtivo como mais-valia capitalizada, garantindo assim, que o ciclo de produção de mercadorias continue promovendo acumulação do capital. Como bem nos informa Netto e Braz (2012, p. 139 – grifos dos autores) “Essa *conversão da mais-valia em capital* caracteriza a reprodução ampliada, que realiza a **acumulação de capital** [...]”

1.3 O movimento de acumulação e reprodução do capital: a gênese da Questão Social

O modo de produção capitalista se particulariza historicamente por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação do capital. A acumulação capitalista significa a valorização do capital, o que por sua vez significa incremento do capital adiantado mediante produção de mais-valia. Ou seja, sem a acumulação do capital o modo de produção capitalista não existiria. Conforme nos diz Netto e Braz (2012, p. 139 – grifos dos autores) [...] “A acumulação é vital para o MPC: *não existe capitalismo sem acumulação de capital.*”

Marx (2013) anuncia o objetivo de investigar “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora”, e no decorrer, avisa que “nas controvérsias em torno desse objeto, geralmente deixou-se de ver o principal, ou seja, “a *differrentia specifica*” [diferença específica] da produção capitalista.”

Com esse progresso da acumulação cada vez mais acelerado, e o aumento da produtividade cada vez maior, mais se exige de o capitalista tornar o seu processo mais produtivo, que se produza mais em menos tempo, e com menor custo. Não basta somente explorar os trabalhadores, tem também o processo de disputa e concorrência com os outros capitalistas para não ser liquidado. Com meios de produção cada vez mais eficientes, o capitalista reduz a capacidade de força viva dentro do processo de acumulação, fazendo com que trabalhadores produzam mais em menos tempo.

Quando se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário, reduz o valor do produto e aumenta o excedente (aumenta a acumulação), reduzindo o capital variável e aumentando o capital constante. Os capitalistas possuem elevada composição orgânica do capital que vão acompanhar a acumulação, pois possuem grandes empreendimentos, conforme explicitado por Netto e Braz (2012).

Na dinâmica da acumulação, as tendências de concentração e centralização são constantes no desenvolvimento do capital. A concentração de capital, segundo Netto e Braz (2012, p. 143), “[...] faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior”. É a necessidade do aumento de capital em função de uma nova acumulação, ou seja, o capitalista precisa reinvestir no processo produtivo para acumular cada vez mais.

Com a concentração de massa de riqueza nas mãos de uma parcela restrita de capitalistas, os capitais maiores passam a absorver os pequenos e médios capitais. A concentração não desaparece, mas entra em cena o processo de centralização do capital, que segundo Netto e Braz (2012, p. 143 – grifos dos autores) “[...] realiza-se pela união (mediante *cartéis*, *trustes* e a formação de *holdings*) de capitais já existentes.” Funcionando como uma força de atração, isto é, os capitais maiores passam absorver os capitais menores, sendo realizada a junção de capitais já existentes para formar capitais cada vez maiores. A centralização impulsiona a acumulação de uma maneira muito mais rápida, fazendo com que eles cresçam e se tornem muito mais poderosas.

De acordo com Marx (2013), a cada novo ciclo de produção, o capital assume novas formas e feições, aumentando cada vez mais o processo de centralização e

concentração. O capital não pode ficar parado, estacionado, ele avança constantemente, aumentando seu poder de acumulação, de acordo com as suas exigências. O capital vai adquirir a capacidade não somente de assumir o controle da força de trabalho no interior do processo produtivo, subordinando-a de acordo com seu interesse, mas também num ritmo cada vez mais acelerado.

O capital agora consegue regular o processo de controle do movimento de produção como um todo, podendo submeter de forma cada vez mais agressiva a força de trabalho de acordo com o processo de acumulação. O ritmo de trabalho que determina o processo de acumulação e as contradições destes processos são inerentes ao modo de produção capitalista. Vai se investir mais em capital constante e menos em capital variável, a tendência é expulsar trabalhador vivo do processo produtivo, aumentando assim o exército industrial de reserva, bem como o desemprego.

A acumulação de capital também impacta fortemente a classe operária. No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como **exército industrial de reserva** – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2012 p. 144-145 – grifos dos autores)

O processo de acumulação, derivado do trabalho não pago dentro do processo produtivo, a cada ciclo de produção, aumenta capital nas mãos dos proprietários dos meios de produção, através do processo de centralização e concentração - obra do processo de exploração do trabalhador. Nessa lógica, reduz a contratação de força viva, que joga uma parcela de trabalhadores ao ócio socialmente forçado, independente da sua vontade. Em outros termos, trata-se de uma superpopulação relativa: relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. Podemos afirmar assim que reprodução ampliada (acumulação) é, pois, reprodução do exército industrial de reserva. O exército industrial de reserva resulta da própria acumulação capitalista, o que se torna indispensável para o desenvolvimento da mesma.

A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado. Sem levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo

com que ela apareça ora de maneira aguda nas crises, ora de maneira crônica nos períodos de negócios fracos, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada. (MARX, 2013, p.870)

Como bem destaca Marx (2013), esta superpopulação relativa se expressa em três categorias: a flutuante, composta dos segmentos dos trabalhadores sujeitos a oscilações cíclicas e eventuais das necessidades de repulsa ou absorção do trabalho nos centros industriais e mineiros. A latente, gerada pelo processo de industrialização do campo, que reduz a demanda de trabalho na agricultura, impulsionando um êxodo rural que satura o mercado de trabalho urbano. E por fim a estagnada, composta de trabalhadores ativos que jamais conseguem um emprego fixo e perambulam entre ocupações eventuais e irregulares: os precarizados, temporários, etc.

Como nos afirma Netto e Braz (2012, p. 147 – grifos dos autores)

[...] Na base desse contingente, e descontando o *lumpem proletariado* (a parcela degradada do proletariado: vagabundos criminosos, prostitutas, rufiões), estão os que vegetam na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos, mas que há muito não encontram emprego, órfãos, filhos de indigentes, mutilados, viúvas, enfermos etc. O pauperismo em que está imersa essa massa, no dizer de Marx, “constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Marx, 1984, I, 2, p.209).

Diante de todo o exposto, fica claro que a acumulação capitalista não impacta a classe trabalhadora apenas com o desemprego em massa, mas ao mesmo tempo, o trabalhador vai experimentar processos de pauperismo⁴ decorrente do próprio processo do capitalismo. Além da invasão na vida íntima e familiar dos trabalhadores – com jornadas extras e exaustivas de trabalho, a inserção precoce de crianças e jovens no mercado de trabalho, sem contar o desenvolvimento maciço de doenças físicas, mentais e psicológicas.

⁴A pauperização (miséria ao extremo) pode ser dividida em absoluta – expressa situações em que a vida do trabalhador é degradada – e relativa – diferente da absoluta, pode se manifestar mesmo que os padrões de vida do trabalhador estejam estáveis. Em suma, a pauperização é caracterizada pela redução dos valores criados pelos trabalhadores, enquanto cresce a parte que cabe ao capitalista. (NETTO, BRAZ, 2012)

Como explanado anteriormente, vivemos numa sociedade regida por um sistema de produção que é capitalista, cujo objetivo é a acumulação. A classe trabalhadora experimenta, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem da exploração do trabalho. Esta pode ser absoluta ou relativa. A pauperização absoluta é assim denominada, quando as condições de vida e trabalho das massas de trabalhadores experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho e aumento do desemprego. Já a pauperização relativa, ocorre quando apesar de aparentes melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, com padrões de alimentação e moradia mais elevados – ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.

Ainda em conformidade com Marx (2013), a produção capitalista não é apenas produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, ela é produção e reprodução das relações sociais. Assim, a reprodução ampliada do capital reproduz ao mesmo tempo e também de forma ampliada os antagonismos de classe, uma vez que cristalizam as questões do processo de produção. Nestes marcos, as mesmas forças expansivas do capital, são as mesmas que vão potencializar as condições de desigualdade no interior da sociedade. A produção social se torna cada vez mais social, e cada vez mais apropriada pela menor população da sociedade. Se expressa assim, a lei geral da acumulação capitalista que explica os fundamentos da questão social⁵.

[...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a

⁵ Até meados do século XIX o termo questão social era utilizado por todos os intelectuais para se referir ao processo de pauperização gestada pelo nascente capitalismo industrial, porém a partir da virada conservadora da burguesia o termo passa para o vocabulário conservador que utiliza o termo para naturalizar a questão social. A burguesia passa a entender que a questão social é natural e ineliminável, portanto sugeria administrar a questão social com medidas paliativas e repressoras ou com a moralização, como problema moral. (NETTO, 2010)

degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (MARX, 2013, p. 877)

A lei geral da acumulação capitalista é um movimento único: produção de riqueza implica crescimento contínuo de miséria. A questão social adquire aprofundamento e novas dimensões na medida em que o processo de acumulação e o próprio capital passam por alterações. As expressões da questão social são inelimináveis em uma sociedade que impera o modo de produção capitalista. “[...] Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem acumulação de capital” [...] (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152)

Neste caso, as expressões da questão social impactam as condições de vida dos trabalhadores. Os mesmos, respondem através das lutas contra a exploração capitalista, principalmente a partir de meados do século XIX. São nessas expressões que a burguesia e setores cristãos pró-burgueses tentaram naturalizar. O Estado burguês, principalmente na era monopolista⁶, vai agir sob as mesmas através da criação de políticas sociais, especialmente após as reivindicações das massas populares. O Estado começará a atender a essas demandas, mesmo que ainda defendendo os interesses das elites dominantes.

Até meados do século XIX “[...] O Estado então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro. [...]” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 55). Diante disso, vivendo processos comuns de espoliação e miséria absoluta tanto nos espaços de trabalho, e nos territoriais e urbanos, a classe trabalhadora foi se fortalecendo, gradativamente, na tentativa de evidenciar suas reivindicações e inconformismos e eclodiu em movimentos no final do século XIX em vários países da Europa Ocidental. O final do século XIX é um ponto de inflexão em que se aumenta a exploração do trabalho, logo surgem diversas formas de organização social como

⁶ Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*. E é também consensual que “o período do imperialismo “clássico” [situa-se] entre 1890 e 1940” (MANDEL, 1976, 3: 325)

as ligas operárias, os sindicatos, greves, dentre outras manifestações, que vão criando a conscientização da classe trabalhadora.

O movimento da classe trabalhadora havia registrado avanços que se somavam a um período de grande depressão, de desemprego, privações, dentre diversos outros fatores que explodiam a partir de 1840. (SANTOS, 2012). Neste sentido, explodem as lutas sociais que têm como exemplo mais emblemático os Eventos de 1848 em vários países europeus. Movimentos estes que, mesmo sendo derrotados, revelaram seu descontentamento frente ao abandono da perspectiva revolucionária da burguesia. Neste sentido, os subalternos passam a entender com mais clareza o antagonismo de classes que atravessava o capitalismo, momento em que a questão social definitivamente demonstra seus desdobramentos sociopolíticos (Ibidem, 2012, p. 42-43).

Registra-se, nessa direção, a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram gestando um dos genuínos “produtos” da terceira década do século XIX: a *consciência de classe*, que culminaria no movimento revolucionário de 1848. Embora não se possa generalizar ou uniformizar os níveis desse fenômeno entre os países da Europa Ocidental é um fato que as mudanças nas formas de resistência dos trabalhadores expressa, em boa medida, o trânsito da chamada por Marx (1976) de “classe em si” a “classe para si”. Isso significa a passagem do que eram as primeiras percepções do proletariado, reconhecendo-se como tal em sua condição econômica, ao reconhecimento da necessidade política do seu protagonismo, como classe, no enfrentamento daquelas condições. (SANTOS, 2012, p. 38)

As manifestações e protestos chegavam a ter aspecto violento, inclusive dos próprios trabalhadores contra as máquinas ou contra eles mesmo no caso dos imigrantes vistos como concorrentes. Entretanto a forma de expressar seus inconformismos variava desde as primeiras greves aos ataques a armazéns em busca de suprimentos. Mesmo cedendo concessões muito pontuais, o Estado cumpria sua função de garantir as condições externas da acumulação capitalista e logo reprimia tais movimentos e/ou condenava ao cumprimento de penalidades. (Ibidem, 2012).

Até mesmo nos primórdios do século XIX, praticamente todas as manifestações eram respondidas com polícia e o exército, mas as lutas tomam,

paulatinamente, um aspecto cada vez mais político. O sufrágio universal passa a ser reivindicado junto a direitos sociais. (GIANNOTTI, 2009). Algumas associações começam a surgir clandestinamente, e outras não.

Porém é partir da virada monopólica, entre o final do século XIX e início do XX, que a pobreza passou a ser enfrentada pelo Estado também como caso de política pública. A conquista de direitos básicos e fundamentais só obteve êxito com a luta das camadas mais populares, através das suas reivindicações políticas, exigindo a garantia dos seus direitos e políticas públicas e sociais; diálogo, consenso por parte do Estado classista, bem como maior democratização da sociedade capitalista ocidental.

1.4. Os marcos do Imperialismo: keynesianismo – fordismo como pilares

Na passagem dos anos de 1940, o capitalismo monopolista viveu um apogeu, a fase do imperialismo - intitulada por Lênin (1916) – grifos do autor “*fase superior do capitalismo*”, vai ser marcada pela necessidade de mercados cada vez mais crescentes, com uma reprodução ampliada de capital freqüentemente em prosperidade. Sua dinâmica vai buscar estabelecer grandes monopólios subordinando os pequenos e médios capitais.

Dois processos, porém, devem ser analisados, que são simultaneamente vetores e eixo central da consolidação dessa fase. O *primeiro* diz respeito ao surgimento dos monopólios, que é produto das tendências de concentração e centralização capitalista. O domínio das ciências naturais e o desenvolvimento técnico-científico⁷, com incrementos de instrumentos mais eficazes, põem a possibilidade de aumentar a produtividade mediante a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, bem como redução relativa do

⁷ A segunda Revolução Industrial aconteceu na segunda metade do século XIX e representou um aprimoramento técnico e científico da Primeira Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII.

investimento na força de trabalho (capital variável) em relação ao investimento nos meios de produção (capital constante), alongando assim o tempo de trabalho excedente. Ou seja, a produção é cada vez mais feita num tempo menor, gerando assim, mais massa de capitais para reinvestir na produção.

[...] As organizações monopolistas não promovem a evicção da anarquia da produção que é congênica ao ordenamento capitalista; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial - no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas -, o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. [...] (NETTO, 2009, p. 23/24)

Além do mais, o desenvolvimento generalizado das forças produtivas não é um processo que consegue integrar todos os capitalistas em relação à concorrência desmedida. Nesse âmbito, a saída vai ser a tendência de uma anexação de capitais que já existe, o que faz com que se aumente o montante médio necessário para viabilizar a abertura de empresas em condições de alcançar o nível médio de lucratividade que se exige para manter-se no mercado. Todo esse processo vai influenciar para que, em menos de trinta anos, grupos de extensão nacional tivessem o total controle de ramos inteiros da indústria, o que resulta em empregar uma grande massa de trabalhadores e constituir um poder preponderante nas economias dos Estados nacionais, o que contribuiu para mudanças demasiadas nas relações econômicas. Como reforça Netto e Braz (2012), em poucas décadas, esses gigantes monopólios extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo.

O *segundo* processo são as mudanças nas atribuições bancárias: se, na sua concepção, os bancos funcionavam como meros intermediários de pagamentos, nessa fase eles ganharão um caráter peculiar na constituição do sistema de crédito – o de protagonista ou mesmo um “sócio” dos capitalistas industriais. Esse processo se relaciona com o primeiro, à medida que a ampliação da massa de capitais passíveis de investimento em meios de produção associada à dinâmica que vinha se

estabelecendo, fez com que o capital financeiro⁸ instrumentalizado pelos bancos ganhasse destaque nesse momento. Neto e Braz (2012), destacam essa mudança de função dos bancos:

[...]. Reunindo capitais inativos de capitalistas e a soma das economias de um grande contingente de pessoas, os bancos passaram a controlar massas monetárias gigantescas, disponibilizadas para empréstimos – e a concorrência entre os capitalistas industriais levou-os a recorrer ao crédito bancário para seus novos investimentos. Nesse contexto, os bancos contribuíram ativamente para implementar o processo de centralização do capital. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 191)

Como elencado anteriormente, a tendência “neocolonialista” dos países capitalistas monopolistas em deter o poder de outras nações tem um limite – o próprio de existência de território e o limite da concorrência entre Estados imperialistas que se manifestam de modo específico na forma de conflitos culturais, ideológicos, políticos e econômicos e genericamente na forma das Guerras Mundiais, que constituem uma maneira eficiente e máxima de partilha do mundo entre as potências imperialistas. Devido as guerras, a indústria bélica ganhou força, e foi um eixo central da economia: podendo ser uma abertura de mercado nos momentos de crise.

[...] a indústria bélica e sua consequência, a *guerra*, são um excelente negócio para os monopólios nela envolvidos: a enorme destruição de forças produtivas que a guerra realiza abre um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçados pela crise⁹. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 198 – grifos dos autores)

⁸ Cabe ponderar que o capital financeiro é uma novidade nesse contexto, pois ele diz respeito à relação simultânea do capital industrial e do capital bancário em proporções monopólicas de modo que “os bancos compram ações dos monopólios [...] e se convertem em seus co-proprietários. Por seu turno, os monopólios industriais também possuem ações dos bancos com que se relacionam. Em consequência, produz-se o enlace, a *fusão* do capital monopolista bancário com o capital monopolista industrial (NIKITIN, s.d.: p.160 *apud* NETTO, BRAZ, 2012, p. 192, grifos do autor).

⁹ Não é por acaso, assim, que o século do imperialismo, o século XX, tenha sido o *século das guerras*: estima-se que elas mataram cerca de 190 milhões de pessoas, sem contar os tantos milhões de mutilados. Informações encontram-se em G. Perrault (org.), *O livro negro do capitalismo* (Rio de Janeiro: Record, 1999).

Na fase clássica do estágio imperialista, as crises se manifestavam com agressiva predominância e com ampla frequência¹⁰, geravam-se novos obstáculos criados pela própria dinâmica capitalista, a tal ponto que a mais intensa delas – a crise de 1929 (entendida como catalisador das crises cíclicas do capital) – demonstrou limites daquela organização econômica. Foi um período significativo para entender as alterações na dinâmica do capital, pois houve a diminuição do ritmo do crescimento econômico; desemprego em massa; o que fez com que surgissem questionamentos sobre a ótica liberal. Torna-se evidente a necessidade de novas formas de organização do trabalho e de intervenção do Estado na economia, pois devido à crise os dirigentes capitalistas viram-se obrigados a procurar novas alternativas político-econômicas.

Essa nova dinâmica, mesmo que tenha aspectos isolados, não pode ser compreendida nesse âmbito, uma vez que esta conforma um novo regime de acumulação e regulação social a fim de valorizar o capital e limitar a pressão das lutas de classe no mencionado contexto. Para Montaño e Duriguetto (2010), vão surgir alternativas à crise de 1929 que apontarão para a construção de um modo de vida em geral com medidas de intervenção na organização da produção (Fordismo), no Estado (*New Deal*, Keynesianismo), ideológico (*American way of life*), no mercado (sociedade civil/cidadão consumidor).

As alterações no mundo do trabalho foram impulsionadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais que o norte-americano Henry Ford vinha implementando, desde o ano de 1914, na linha de montagem de suas fábricas de automóveis, devido às adaptações e um significativo desenvolvimento da gerência científica de F. W. Taylor. O fordismo está imerso no interior de um processo macro de tentativa de reestruturação da economia mundial, através de novas formas de organização e reprodução da força de trabalho, nova política de controle, gestão do trabalho, nova estética e psicologia voltadas para um novo perfil de trabalhador.

“O que havia de especial em Ford era seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo

¹⁰ Acontecia numa seqüência de anos: 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, e 1937-1938.

tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.
(HARVEY, 1993, p. 121)

O sistema fordista de produção obrigava o trabalhador a adquirir disciplina necessária à operação do sistema das linhas de montagem, através da lógica da produção em massa para consumo em massa. Consistia em novos métodos de trabalho inseparáveis de uma alteração no modo peculiar de viver, pensar e sentir a vida da classe trabalhadora, além de ter uma forte crença no poder corporativo de regulamentação da economia. Assim, o Fordismo foi além de uma mudança técnica, uma forma de regulação das relações sociais. Ford intensificava as formas de exploração e contribuía com a lógica do capital tanto no processo de produção, quanto no tocante a realização das mercadorias.

“[...]. Essa crença na articulação entre consumo de massa e produção em massa como via de sustentação de um capitalismo sem grandes abalos, para Ford, implicava o controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores. Consta que, em 1916, Ford contratou assistentes sociais para esse controle, tendo em vista gerar entre os trabalhadores padrões de consumo compatíveis com os interesses da empresa (Harvey, 1993:122)!”
(BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 87)

Esse processo produtivo caracterizou-se pela combinação da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da separação entre elaboração e execução. O binômio taylorismo/fordismo que vigorou na grande indústria era baseado na produção em massa de mercadorias que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e grandemente verticalizada. Esse binômio foi expressão dominante do sistema produtivo e do seu respectivo processo de trabalho que esteve vigente na grande indústria, sobretudo a partir da segunda década, representando a forma mais avançada de racionalização capitalista do processo de trabalho.

Em consonância com o processo de trabalho taylorista/fordista, exigiu-se um sistema de compromisso e regulação que, limitado a uma parcela de países capitalistas, passou-se a idéia de que o metabolismo social do capital pudesse ser concreto, permanente e definitivamente controlado, regulado e firmado num compromisso entre capital e trabalho, com a mediação do Estado.

“O compromisso fordista, deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, da era da prevalência social – democrata, convertendo esses organismos em verdadeiros cogestores de processo global de reprodução do capital” (ANTUNES, 2000, p. 39)

O Estado no segundo pós-guerra, vai aparecer com funções ampliadas para além do seu papel de “comitê executivo” da burguesia, começando a intervir de forma mais direta no espaço da produção e do consumo. Da mesma maneira, os conflitos econômicos são gradualmente transferidos da esfera produtiva para o mundo político do Estado democrático. A intervenção do Estado vai mudar de forma estrutural, porém continua sendo diretamente para garantir o modo de produção (mas nessa fase, primordialmente de acordo com os interesses monopolistas).

“[...] o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. [...] Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, 2009, p. 26)

Diante disso, podemos dizer que o Estado passa a se ocupar de funções distintas: a criação de condições gerais de produção; repressão às ameaças ao modo de produção capitalista e acumulação; a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem. As idéias keynesianas se corroboraram sobre dois eixos relevantes, que foram a política de Pleno Emprego, alcançado por via estatal, através da geração de emprego com uma produção de serviços públicos, além da produção privada; e o outro eixo é o de maior igualdade social que é feito a partir do aumento da renda e da promoção da igualdade, por intermédio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais.

Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 89)

A promessa dos “anos dourados” era de uma sociedade afluyente na qual a proteção social seria assegurada pelo *Welfare State* (também conhecido como Estado de Bem-Estar Social), com possibilidade de consumo de massa e vias para a superação do subdesenvolvimento. O taylorismo-fordismo¹¹ se tornou o padrão de produção industrial, aliados ao keynesianismo consolidaram o capitalismo democrático, onde o Estado haveria de controlar as crises - era um anúncio do capitalismo sem contradições.

Aparentemente, o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, feitos um para o outro, consolidariam o “capitalismo democrático”: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos a base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 224)

Como ressaltado por Netto e Braz (2012), os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas” – entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos setenta – expressaram uma onda longa de expansão econômica durante a qual o crescimento econômico e as taxas de lucro mantiveram-se ascendentes. Esse período foi marcado pela expansão do crédito ao consumidor e o crescimento do setor terciário (de prestação de serviços). Como resultado da pressão dos trabalhadores, houve um visível empenho do Estado em reconhecer os direitos sociais, civis e políticos, constituindo a cidadania moderna.

Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiriam mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das idéias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas. (NETTO, BRAZ, 2012 p. 208).

Este novo formato do Estado garantia a preservação externa da produção capitalista, uma vez que age de forma direta e contínua para garantir o super lucro

¹¹[...] O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido (ANTUNES, 2000, p. 43)

dos monopólios. Diante da regulação do Estado Keynesiano, acoplado à lógica Fordista de organização da produção, as crises aconteciam com menor abalo. Entretanto, no período que se estende a partir do final dos anos 1960, ficou mais claro que o fordismo e o keynesianismo eram incapazes de conter as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, e que não podiam ser mais mascaradas. Como bem nos evidenciam Netto e Braz (2012), devido à crise estrutural do capital, ocorrida na década de 60 a 70, pôs fim aos “anos dourados”, significando o esgotamento dessa onda longa expansiva. Ocorreram muitas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, que geraram impactos sobre as nações.

As divergências encontradas pela combinação do binômio Fordismo/Keynesianismo relacionavam-se aos problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e pressupunham crescimento estável em mercados de consumo constante. A tentativa de combater essas adversidades de rigidez encontrava a força, ao que indica insuperável, do poder profundamente acumulado da classe trabalhadora, o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas dos anos de 1968 a 1972.

Nos anos de 1973-1974, o capital estava em processo de crise com o excesso de fundos e inflações, fazendo com que devido à forte deflação do Estado entre outros fatores obrigasse as corporações a entrarem numa fase de reestruturação, racionalização e intensificação dos processos de trabalho. A mudança tecnológica trouxe a busca de novos mercados e rotas para agilizar o tempo de giro do capital, que passaram a primeira estratégia corporativa, configurando-se, assim, novos meios para o capital retomar sua onda longa expansiva.

1.5 O capitalismo na contemporaneidade e suas implicações para a classe trabalhadora

Entre os anos de 1973 e 1975, há uma substituição da longa onda expansiva pela onda longa recessiva. A mesma se dá pelo esgotamento do padrão de produção, queda da taxa de lucro, hipertrofia da esfera financeira, crise fiscal com retração dos gastos públicos, privatizações, entre outros motivos. “[...] **agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.**” (Netto, Braz, 2012 p. 226 – grifos dos autores). As crises como intensificação das contradições próprias do modo de produção capitalista e do encontro dos sistemas com seus próprios limites, são constitutivas e inerentes ao capitalismo.

A dependência dos Estados Unidos do comércio exterior dobrou no período de 1973-1980. Nessa época, os países em desenvolvimento aumentaram suas importações – principalmente as feitas no Japão. A crise dos anos 1970 emanou, em parte, de um conjunto com a rigidez do fordismo-keynesianismo, onde havia problemas de rigidez nos mercados e nos contratos de trabalho, principalmente no setor monopolista.

A idealização da dinâmica capitalista procurava justificar-se a partir do acúmulo que vinha do período posterior á derrota do fascismo, quando se traçaram novas linhas de convivência política e econômica para o mundo que surgia do colapso da maior tragédia do século XX e que envolviam novas instituições na política – a Organização das Nações Unidas (ONU) -; e no plano econômico – com os acordos de Bretton Woods, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A ilusão dos “anos dourados” chega ao fim em 1974-1975.

“[...] os “anos de ouro” do capitalismo “regulado” começam a se exaurir no final dos anos 1960 (Hobsbawm, 1995). As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções *mediadoras civilizadoras* cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas crescem perigosamente...[...] As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado *mediador civilizador*, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 103 – grifos das autoras)

Como salientado por Netto e Braz (2012), com o esgotamento do padrão de produção, busca-se a restauração do capital, sob um tripé: a reestruturação

produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Esgotado o padrão fordista - keynesiano instaura-se a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível¹². Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizando-se como uma inovação do capitalismo contemporâneo, ela se dá pelo surgimento de setores de produção novos, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional, como assegura Harvey (1993).

Diante das novas condições exigidas pela lógica capitalista se fez necessária uma nova forma de produção que atendesse às exigências. Devido a isso, o toyotismo trouxe novas técnicas que fizessem com que o trabalhador tivesse uma incorporação comprometida no processo.

O processo toyotista, de acordo com Alves (2000), é uma fase superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo/fordismo. Desse modo, no que diz respeito à gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que diferencia, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo/fordismo. Sob a égide da mundialização do capital, o toyotismo é considerado a mais interessante experiência de organização social da produção de mercadorias.

A acumulação flexível também é marcada pelo “[...] melhor aproveitamento possível do tempo de produção, garantido pelo *just in time* [...]” (ANTUNES, 1995, p. 26 – grifos do autor), que visa à intensificação do trabalho. O interesse do capital era que a reestruturação produtiva recuperasse seu ciclo de reprodução, repondo seu projeto societário. Existe nesse processo, uma flexibilização muito forte, onde se altera o padrão de acumulação, mas não se altera o modo de produção capitalista (altera a forma, mas não a sua estrutura). Essas transformações intensificam a concorrência entre os capitalistas, o que fez surgir a necessidade de controlar as

¹²“A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY apud NETTO, BRAZ, 2012, p. 227)

lutas sociais oriundas da intensa exploração do trabalho, na tentativa de gerar um projeto de recuperação da hegemonia nas esferas da sociabilidade.

Essencial à reestruturação produtiva é *uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos*, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 228 – grifos dos autores)

É nesse ambiente que surge a necessidade de um trabalhador qualificado, polivalente, que se adéqüe a flexibilização dos meios e condições do trabalho, e não mais um apêndice das máquinas. Isso faz com que o trabalhador fique mais ágil e potente, todavia esse processo coloca sempre a expulsão do trabalho vivo de cena (menos trabalhadores empregados), o que torna muito maior o tormento do trabalho.

A emergência de um regime de acumulação flexível tem como características, a nova divisão de mercados, o desemprego, a nova divisão do trabalho, a reorganização financeira e tecnológica, entre outras. Há também a produção destrutiva, pela qual os produtos, ou mercadorias, devam durar apenas o tempo suficiente para que o capital se reproduza. “[...] promove-se a *desterritorialização da produção* - unidades produtivas são deslocadas para novos espaços territoriais onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa. “[...] Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista. [...]” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 228 – grifos dos autores)

“A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o *tardo-capitalismo*, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a *translação da lógica do capital* para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a multimídia). Essa cultura incorpora as características próprias da *mercadoria* no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante”. (NETTO, 2013 p. 16/17 – grifos do autor)

O processo de acumulação flexível parece implicar níveis parcialmente altos de desemprego estrutural, onde o trabalhador pode ser substituído a qualquer hora. O desemprego estrutural caracteriza-se pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura de competências de trabalho numa certa dada economia. Este desemprego

acontece próximo dos mais jovens e qualificados, pelo fato de uma rigidez intensa da legislação laboral, entre outros fatores.

Quando tratamos de acumulação flexível, não podemos deixar de pensar no mercado de trabalho que, dentro do processo de uma drástica reestruturação, passa a vivenciar o aumento da competição do mercado e da diminuição das margens de lucro. Perante esta intensa flexibilização do trabalho, ocorre uma prostração do movimento sindical, pois, de acordo com Harvey (1993), esta forma de organização dependia muito do número de trabalhadores na fábrica para ser executável.

Podemos perceber que sob a fase do capitalismo contemporâneo, o mercado de trabalho foi substancialmente alterado com a reestruturação produtiva. Na fase contemporânea do estágio imperialista, a estratégia do capital provocou imensamente a classe trabalhadora, onde se verificou várias transformações, dentre as quais se destacam a crise do movimento sindical e a redução da parcela dos operários industriais. Devido a esse processo, houve a fragmentação da classe trabalhadora, que cada vez mais teve dificuldade de se ver como uma só, debilitando assim a luta de classes. A precarização e a informalização das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que se assemelhavam com as do passado.

Nesse processo, se torna habitual cada vez mais a redução do emprego regular em favor do crescente uso de trabalhadores parciais, temporários e subcontratados. Conforme elenca Harvey (1993, p. 144)

“[...] A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.”

A estrutura do mercado de trabalho é discriminada e nos permite compreender como são as condições do trabalho dentro do processo da acumulação flexível. No eixo da estrutura temos um grupo – que tende a cair cada vez mais e enfrentar uma considerável desvalorização; que, de acordo com Harvey (1993), agrupa trabalhadores em tempo integral que gozam de toda segurança no emprego, tem boas perspectivas de promoção, pensão, seguro. Este é um grupo que mantém seus direitos garantidos, o que pode ser uma adversidade para as

empresas em caso de uma inesperada dispensa, dentre outros. Existem também os elementos que compõem a periferia dessa estrutura.

A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho. [...] com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado etc.” Tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos. (HARVEY, 1993, p. 144)

A introdução das tecnologias resultantes do intenso avanço tecnológico a exemplos da microeletrônica, da informática e da robótica, no processo produtivo, tem alterado os processos de trabalho e os trabalhadores vinculados à produção. Desta maneira, a base produtiva se desloca dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos e, em consonância com Netto e Braz (2012), esse deslocamento possui três implicações: a que se relaciona ao trabalhador coletivo; às exigências postas aos trabalhadores envolvidos diretamente com a produção e a gestão desta força de trabalho. Em relação à primeira implicação, o deslocamento da base produtiva colocou novas condições para o trabalhador coletivo, do qual se exige capacidade intelectual para a realização de atividades cada vez mais complexas.

No que se trata em relação à segunda implicação, o deslocamento requer do trabalhador diretamente relacionado com a produção, uma qualificação alta e a capacidade de participar de múltiplas atividades produtivas. Entretanto, simultaneamente às atividades que exigem qualificação e que são realizadas por trabalhadores qualificados que conseguem segurança (ainda que mínima) no trabalho, surge uma parcela de trabalhadores precarizados.

E por fim, a terceira implicação relatada por Netto e Braz (2012), relaciona-se à gestão da força de trabalho ligada diretamente à produção, se renova: a tradicional hierarquização e rígido controle sobre os trabalhadores cedem espaço à redução da hierarquia, mediante a formação de equipes de trabalho e a ênfase na importância da participação dos mesmos. Netto e Braz (2012) apontam que nesse cenário, a acumulação flexível se expressa na relação de trabalho como instrumento de quebra

da consciência de classe dos trabalhadores, através da idéia de que a empresa é a casa do trabalhador, o qual passa a ser chamado de colaborador.

[...] O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o seu êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora, são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” etc. (NETTO; BRAZ, 2012 p. 229)

Toda essa argumentação anterior, nos deixa claro que a principal característica do capitalismo contemporâneo, consiste na eliminação de qualquer tipo de controle ou de regulamentação, deixando o capital livre para avançar na sua acumulação. Tal eliminação se expressa pela adoção, por parte do capitalismo contemporâneo, da ideologia neoliberal ou neoliberalismo, que torna legítimo o projeto do capital monopolista de acabar com as restrições econômicas e políticas que limitam o seu movimento. No âmbito econômico, o neoliberalismo defende o rompimento das barreiras, como a destruição das defesas alfandegárias para garantir a livre circulação de mercadorias entre países. Nesse quadro, observa-se a formação de grandes blocos de países unidos economicamente.

[...] O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na idéia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238)

Na prática, segundo Netto e Braz (2012), o Estado atua a serviço do capital em crise, “[...] **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** [...]” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 239 – grifos dos autores). A ideologia da “liberdade individual”/direitos individuais na sociedade capitalista/burguesa (interesses privados, da propriedade privada), é o discurso que permeia as massas. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo, como reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar, é implementado logo após a II Guerra Mundial em países do continente europeu e da América do Norte, em que o capitalismo predominava na sua forma completa.

As saídas da agenda neoliberal apontaram pela priorização em controlar o aumento desenfreado da inflação na década de 1970, de modo que as condições voltassem a favorecer a recuperação dos lucros. Nesse sentido, uma estratégia foi muito relevante: a derrota do movimento sindical, bem como a perda da sua identidade central, materializado pela queda do número de greves e na retenção dos salários e aumento excessivo do desemprego. Ainda nesse âmbito, as medidas neoliberais atacaram a autonomia dos Estados Nacionais, por meio de medidas de políticas econômicas de liberalização, de privatização e de mercado.

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 127)

Outro fator que constitui as astúcias contemporâneas do capitalismo foi a financeirização do capital, também conhecido pelos estudiosos como mundialização do capital financeiro. Ela “[...] resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 243).

Esse fenômeno é um mecanismo viabilizador das estruturas da economia mundial que encontra sustento na ampla concentração do sistema bancário e financeiro. A rota das finanças aplica a lógica de que o capital-dinheiro deve gerar mais dinheiro por si só, expressão máxima do fetichismo presente na sociedade capitalista: dinheiro que deve gerar dinheiro acrescido, expulsando de forma crescente o capital variável (trabalho vivo) do sistema produtivo.

A esse fenômeno se agrega, no capitalismo contemporâneo, o brutal crescimento do *capital fictício*. Entende-se por capital fictício “as ações, as obrigações e os outros títulos de valor que não possuem valor em si mesmos. Representam apenas um título de propriedade, que dá direito a um rendimento [...]” (Koslov, dir., 1, 1981, p. 217). Assim como o capitalismo não pode funcionar sem uma determinada massa de capital conservada enquanto capital dinheiro, também não pode funcionar sem capitais fictícios – mas, do mesmo modo que contemporaneamente aquela massa cresceu de forma espetacular, igualmente cresceu, de modo assombroso, o montante do capital fictício. Esse crescimento tem sido de caráter nitidamente especulativo, ou seja: *não guarda a menor correspondência com a massa de valores reais*. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 244)

As finanças passaram a constituir, nos últimos trinta anos, o sistema nervoso do capitalismo, nelas se vislumbram a instabilidade e os desequilíbrios da economia na fase do estágio imperialista. Na fase da financeirização do capitalismo que se tornam compreensíveis a questão da dívida externa de muitos países periféricos e também as propostas de “ajuste” de suas economias, através de “reformas” recomendadas e acompanhadas por agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que representam justamente os interesses da oligarquia financeira.

A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos. A financeirização implica pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social [...] (SALVADOR, 2010, p. 116)

De modo geral, o capitalismo contemporâneo, por interferência da reestruturação produtiva, gerou grande impacto sobre os trabalhadores, decorrente da crise do movimento sindical e a redução do número de operários, os quais têm contribuído para reafirmar a idéia de que a resistência dos trabalhadores diminuiu e da “[...] morte do sujeito revolucionário [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p.219)

Ainda no cenário do capitalismo contemporâneo, observa-se, segundo Netto e Braz (2012), a exponenciação da questão social, decorrente da precarização e da informalização das relações de trabalho, nas quais se verifica o retorno de formas de exploração próprias do passado, como o aumento da jornada de trabalho; o salário diferenciado por gênero, desregulamentação de direitos, dentre outras. Por último, a ofensiva do capital sobre o trabalho, acentuada no sistema capitalista contemporâneo, provocando uma crescente pauperização, principalmente nos países periféricos.

O saldo da ofensiva do capital, apreciado brevemente, explicita as três questões que aparecem como próprias do “mundo novo”: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e [...], dentro do mundo rico, entre os seus ricos e seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos” (Hobsbawm, *in* Blackburn, org., 1992, p. 104). **Nenhuma** dessas questões

pode ser resolvida nos marcos do capitalismo contemporâneo. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 250)

De acordo com Marx (2013), a partir de uma possível superação da pauperização, que o termo questão social começa a ser utilizado, ao contrário de revelar a contradição entre capital e trabalho, tentando fazer “rodeio”, descolando a raiz desses acontecimentos que são pela contradição existente. A partir de Marx (2013), que fica mais evidente compreender a produção e reprodução da questão social, e que a mesma não se reduz apenas a expressão do pauperismo, está para além desse fenômeno, determinada pelo processo de acumulação capitalista.

2. A questão social na contemporaneidade do capitalismo no Brasil e as suas implicações

Depois de elencado os aspectos gerais do modo de produção capitalista, vamos debater nesse capítulo, com base em fontes marxianas e de autores nos quais o debate contemporâneo do Serviço Social se referencia, os fundamentos e os matizes nas formas de compreender a questão social e suas conseqüências dentro da órbita do capitalismo mundializado, e os rebatimentos que trazem para a classe trabalhadora com foco no Brasil.

Segundo Telles, (1996, p. 85) conceitua a questão social

[...]... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.

Conforme verificado pela autora, que cita os dizeres de Castel, salienta que a aporia nos tempos atuais diria respeito também aos impasses e incertezas de se manter as esperanças num mundo que é regido pelo modo de produção capitalista,

inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernidade bárbara que não progride, e que faz da precariedade formas de existência, que tendem a se tornar estagnadas como único destino plausível. Dessa forma, para Telles, a questão social é a perspectiva sobre a qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. Assim, para ela, discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais da cena contemporânea.

2.1 Questão social: um debate contemporâneo

Para se compreender a questão social na sua integralidade, segundo nos ressalta Netto (2001), é preciso entender a intercorrência dessa questão social com as mediações históricas, políticas e culturais, através das quais a questão social vai se manifestar. O que se chama de questão social é inerente ao capitalismo, é consequência e resultado da dinâmica do próprio sistema capitalista. Uma coisa que é premissa é entender a gênese da questão social, que está diretamente relacionada com a produção e reprodução das contradições entre capital e trabalho.

[...] O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital. Sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p. 45)

Mas compreender a questão social apenas na sua gênese, não basta, tem que entender na sua complexidade também, não podendo perder de vista a sua processualidade. É necessário analisar e adentrar nos mecanismos que permitem que essa problemática se insira na cena pública e política, se não pensar na questão social dentro da cena pública e política, ela se torna desistoricizada e despolitizada. Diante do que foi colocado, Ianni (1992, p.17 *apud* Iamamoto, 2001, – grifos do autor) discorre que a questão social

[...] expressa [...] *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente *uma luta aberta e surda pela cidadania*. [...]

Este processo demarca a consciência de “classe para si”, num processo político e ideológico de luta de classes que não se conformavam com as desigualdades sociais postas, e lutavam pelo reconhecimento dos seus direitos sociais e políticos. Outro ponto que é pertinente ressaltar nos dizeres de Netto (2001), é em relação a argumentação equivocada de “nova expressão da questão social”.

A tese aqui sustentada – e, evidentemente, oferecida como hipótese de trabalho – é a de que inexistente qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. (NETTO, 2001, p. 48)

Autores como Netto (2001) e Pereira (2001), entretanto, por alguns argumentos divergentes, apontam a necessidade do embate político entre as classes para que a questão social seja deflagrada e se diferencie do fenômeno do pauperismo, ou da (pouco definida) concepção de “exclusão social”. Como afirma Pereira, a questão social indica

[...], a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos [...], na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. [...]. Por isso, a questão social é de fato, particular e histórica. “(PEREIRA, 2001, p.59).

Pereira (2001, p.51), também ressalta que [...] não tenho clareza da existência real de uma “nova questão social”. Ela questiona, além do adjetivo “nova”, a justeza do termo “questão” [...] para designar problemas e necessidades atuais, que, apesar de dramáticos e globais, e de produzirem efeitos nefastos sobre a humanidade, *se impõem sem problematizações de peso e, portanto, sem enfrentamentos à altura por parte de forças sociais estratégicas*. Para Pereira (2001), estaríamos ainda diante de uma questão reprimida que apesar de

incorporada na contradição fundamental do modo de produção capitalista (capital x trabalho), ainda não foi explicitada, pois por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão e luta para fazer incorporar na agenda pública as desigualdades sociais, com vista ao seu decisivo enfrentamento, a autora compreende que se tem pela frente não propriamente uma questão social de forma clara, mas uma complicada e difícil questão social encoberta, que se torna o primordial desafio das vanguardas sociais.

Em se tratando da temática de exclusão social, Yazbek (2001, p. 33)

“privilegia a análise da pobreza e da exclusão social como algumas das resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais os assistentes sociais se defrontam cotidianamente em sua prática profissional”.

A autora parte do debate central no âmbito da categoria profissional que situa a questão social como elemento primordial na relação entre profissão e realidade ao colocá-la como referência para a ação profissional. Desse modo, inicia pontuando que pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições freqüentes da desigualdade, expressando as relações vigentes na sociedade.

Castel (1995), ao analisar o que chama de as metamorfoses da questão social, vinculadas a crônica do salário aponta uma “nova questão social”, para o espanto de alguns autores contemporâneos.

[...] o problema atual não é apenas o da constituição de uma ‘periferia precária’, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis’ [...]. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. “Realmente, há aí uma razão para levantar uma ‘nova questão social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX” (CASTEL, 1995, p. 526)

De acordo com Castel (1995), a *nova* questão social afirma-se, em três novas expressões: a primeira seria em relação a desestabilização dos trabalhadores

estáveis, a segunda é a instalação na precariedade, ou seja, o que deveria ser passageiro se fixou, de modo que se tem um retorno às condições precárias marcantes do século XIX, as quais haviam sido superadas pela sociedade salarial. A terceira e última expressão é a constituição de uma população sobrando, ou, em outros termos, de uma população de inúteis para a sociedade, no sentido de aniquilação destes indivíduos.

São estes argumentos que permitem a Castel (1995), identificar a presença de uma “nova questão social”, o que parece ir de encontro às análises feitas pelos autores elencados neste capítulo, que acreditam existir novas expressões da questão social e não uma “nova questão social” em si. Sua análise mostra que, na sociedade salarial, a conquista de um sistema de proteção social, possibilitando a eliminação do conjunto de necessidades vitais básicas e dando ao trabalhador uma condição de vida mais justa, como sujeito de direitos, corresponde a um desvio no desenvolvimento capitalista e estabelece uma nova condição da classe trabalhadora, a qual suprime a questão social tal qual ela aparece com a revolução industrial. Diante disso, foi possível ao autor considerar que há uma *nova* questão social, visto que a “velha, proveniente do processo de industrialização e das mazelas que dele decorre, foi superada pelo “Welfare State” (estado de bem-estar social).

A partir do debate realizado neste capítulo, foi possível percebermos sob perspectivas diferentes dos autores, o significado acerca da questão social, e o que podemos refletir diante desse processo, é que devemos problematizar esse conceito, analisando as particularidades históricas, políticas e sociais de cada região, os problemas sociais decorrentes das novas configurações da sociedade capitalista, a fim de que possamos trazer para o debate político com os diversos segmentos da sociedade, questionamentos para que assim possamos encontrar estratégias de enfrentamento a essa sociedade extremamente exploradora e desigual.

2.2 Questão social e as particularidades da formação histórica do Brasil

Para se pensar a particularidade histórica do Brasil, primeiramente tem que se entender a noção de desenvolvimento desigual e combinado, sendo fundamental para pensar a produção e reprodução da questão social. Como destaca lamamoto (2011, p. 128) “[...] O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente [...]”. Formas arcaicas são retomadas sob o novo patamar histórico social, compreender essas desigualdades no Brasil, é fundamental para perceber a relação entre temporalidades históricas.

Como nos diz Marx (1985, p. 129, *apud* lamamoto, 2011) em relação a noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção mais clássica: “[...] a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista”. Onde se revela a reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo com que cresça a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, eximindo as classes menos favorecidas dos seus direitos conquistados pelo trabalho social.

O “poder do atraso” na sociedade brasileira, tem seu núcleo principal na propriedade territorial capitalista o “selo do mundo rural”, e é responsável por frear as transformações (mesmo sendo capitalistas) históricas no Brasil. A “noção de modernização conservadora”, nos ajudam a pensar esses processos de transformações capitalistas, como ressalta lamamoto (2011, p. 130), em relação à “modernização conservadora”

[...] permite explicar a incorporação e/ou criação de relações sociais arcaicas ou atrasadas nos setores de ponta da economia, que adquirem força nos anos recentes, como a peonagem, a escravidão por dívida, a clandestinidade nas relações de trabalho e sua precarização mediante a regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

Esse processo vai se dar através de manobras de “cima para baixo”, excluindo-se as classes subalternas dos processos políticos. Como bem diz Santos (2012, p. 139), em relação a “modernização conservadora” “[...] limita a organização

sindical autônoma dos trabalhadores, e alimenta nessa relação, uma “cultura autoritária”. “[...] além de uma cultura política de subserviência[...]”.

De acordo com Fernandes (1975), a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil, ocorre por caminhos que fogem ao “modelo universal da democracia burguesa”.

[...] essa transição [...] foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita” – restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. O País transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático. Esse processo manteve e aprofundou os laços de dependência em relação ao exterior e ocorreu sem uma desagregação radical da herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira. Dessa herança, permanecem tanto a subordinação da produção agrícola aos interesses exportadores, quanto os componentes não-capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que são redimensionadas e incorporadas à expansão capitalista. (IAMAMOTO, 2001, p. 1311)

A burguesia que se constituiu no Brasil era nativa, mas não era nacional, segundo Iamamoto (2011, p.135) “[...] tem suas raízes profundamente imbricadas às bases do poder oligárquico e à sua renovação diante da expansão dos interesses comerciais, financeiros e industriais. [...]”. Teve-se uma estranha combinação de um liberalismo econômico e um conservantismo no plano sociocultural e político, como destaca Fernandes (1987, p. 205, *apud* Behring e Boschetti, 2011, p.78)

[...] A burguesia brasileira não é “paladina da civilização ou instrumento da modernidade”. Portanto, vai optar por mudanças graduais e adaptações ambíguas, polarizada por preocupações particularistas e um “entranhado conservantismo sociocultural e político” (1987:205) e, acrescentamos um conservantismo social. [...]

A partir da questão agrária, a propriedade territorial vai ter um papel fundamental no processo de organização política brasileira, e vai interferir em diversos âmbitos da sociedade. Vai se engendrar no campo, lutas sociais devido ao processo de exclusão política dos trabalhadores rurais, para se manter no poder

aquela mesma oligarquia fundiária (lógica do desenvolvimento desigual e combinado).

Ainda em relação às raízes oligárquicas, lamamoto (2011, p. 139), ressalta:

As raízes oligárquicas e estamentais de base municipalista redundaram no “coronelismo”, fenômeno que indica a rarefação do poder público frente ao poder privado ou a privatização de funções e de recursos públicos em função de interesses privados. Os “coronéis”, cuja sustentação do poder radicava na propriedade da terra e na riqueza, passavam a exercer funções públicas através de um sistema de reciprocidades e de troca de favores em relação aos seus dependentes, mediante recursos do Estado.

O Estado vai ter um papel fundamental em garantir e manter os interesses das classes burguesas dominantes, e é o principal protagonista no processo de modernização do capitalismo no Brasil, que neutraliza a participação política da classe trabalhadora nos processos de luta, caracterizando-os como passivos e apolíticos. O que reitera a concepção que todas as ações diretas ou indiretas ligadas a transição do capitalismo no Brasil, encontraram soluções “pelo alto”, elitistas e sem a participação popular. Diante do exposto, pode-se verificar que esse processo de transição do capitalismo no Brasil, foi marcado pelo fortalecimento do Estado em seu sentido estrito, em detrimento da sociedade civil, restringindo os direitos e a cidadania das classes subalternas.

Para Santos (2012), o primeiro traço central para se pensar a questão social na particularidade do Brasil, é compreender o seu “lugar” na divisão internacional do trabalho capitalista, que remete a uma condição periférica e subalterna desse capitalismo. A autora ainda destaca o momento da “industrialização restringida” (processo onde se industrializou, mas com limites, para garantia da continuidade imperialista), que atraiu uma parcela de trabalhadores rurais para os centros urbanos em formação, trazendo implicações para os mesmos, como verificado por Santos (2012, p. 139)

Ocorre que as características desse trabalhador, super explorado e sem direitos, próprio do meio rural de então, acaba por continuar se reproduzindo em sua cultura política, mesmo após sua transformação em empregado assalariado urbano. Sem dúvida que o processo de organização dos trabalhadores brasileiros foi impactado pela longa tradição escravista do país e pela ausência de antecedentes organizativos dos trabalhadores

livres, de perfil predominantemente rural, no início do século XX. Isso significa dizer das dificuldades no processo de organização da classe operária, nesse momento de sua emergência.

Pode-se dizer que o processo de formação do Brasil foi marcado por traços antidemocráticos, com altos índices de exploração do trabalho, e com baixos níveis de organização política. O que resulta numa relação de desconstrução que altera a lógica do trabalho – flexibiliza o que já está precarizado. Santos (2012), cita o “fordismo a brasileira”, que foi um processo diferente dos que ocorreram fora do Brasil, não havendo uma intervenção do Estado via política social como no “estado de bem-estar social”, e obtendo um regime de trabalho tardio e precarizado. Esse por sua vez, foi construído com restrições, pois passa do trabalho escravo para o assalariado e entra numa relação de desconstrução onde se impõe alterações na lógica do trabalho. É tardia a conquista de direitos nos marcos burgueses, ou ela é regulada ou é restritiva, a cidadania regulada deixa de fora do regime de trabalho parte significativa de trabalhadores que não estão inseridos nas normas para seu acesso.

Não se deve deixar de elencar, segundo Santos (2012. p. 140 – grifos da autora)

“[...] o famoso marco do pós-1930, segundo o qual a “questão social” teria deixado de ser “caso de polícia” e se tornado “caso de política” *não pode ser tomado “ao pé da letra”*. Isso significa dizer que a instituição de direitos trabalhistas e de uma regulação estatal das relações de trabalho não excluiu o recurso da repressão aos trabalhadores no processo histórico brasileiro. Esta deve ser entendida em dois sentidos: o mais óbvio que remete à repressão *strictu sensu*, caracterizada pela violência física e um segundo, caracterizado pelo paternalismo e o mandonismo, fundamente arraigados na constituição ideopolítica das classes subalternas brasileiras.

Neste sentido, o Estado começa a intervir na relação capital – trabalho. Segundo Santos (2012, p. 142 – grifos dos autores) “[...] O Estado, foi, assim, sendo instado a intervir na “questão social” [...] essa deveria restringir-se às áreas urbanas, e [...] às que tinham importância estratégica para a economia agroexportadora. Pode-se dizer, que desde que as leis não abarcassem o meio rural, a oligarquia cafeeira não ia se opor. Prova disso, é que em 1923, gestaram-se as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPS), por meio da criação da Lei Eloy Chaves, destinada a determinadas categorias estratégicas de trabalhadores e primeira

expressão de previdência no país. Entretanto, para Santos (2012, p. 143), uma das conquistas da classe trabalhadora foi central, para que todas as outras pudessem acontecer: o direito à organização dos trabalhadores. “[...] quando fica reconhecido o direito de associação por categorias profissionais independentemente da tutela do Estado[...]”.

Resta sinalizar que a repressão e os traços antidemocráticos predominantes no trato da “questão social” no Brasil não possuem apenas determinantes endógenos, referidos à cultura política das classes sociais. Eles remetem, exogenamente, às engrenagens do processo de acumulação internacional de capital, ao possibilitar baixos níveis de organização política e altos níveis exploração do trabalho. (SANTOS, 2012, p. 149 – grifos da autora)

Com a subida ao poder de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil passa a desenvolver uma política de industrialização, que, contudo, não abandonava o setor mais forte da economia nacional. O país ainda com traços de agroexportador¹³, enfrentava uma crise sem precedentes. É nesse âmbito que se pode inferir a existência das “protoformas” de uma política social no Brasil, contudo cabe salientar como se deu a forma que o Estado vai incorporar essas demandas.

Partindo da idéia que a política social - enquanto forma de enfrentamento por parte do Estado às diversas expressões da questão social - está inserida em diferentes momentos históricos, que são determinados pelas tendências do movimento das forças produtivas mais gerais e pelos marcos políticos que se colocam.

A economia e a política brasileiras foram fortemente abaladas pelos acontecimentos mundiais das três primeiras décadas do século XX, e mais ainda depois da crise de 1929-1932, quando se abre uma época de expansão acelerada das relações capitalistas entre nós, com intensas repercussões para as classes sociais, o Estado e as respostas à questão social [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 103)

Em se tratando da atuação do Estado brasileiro, podemos fazer referência à legislação trabalhista criada no governo Vargas e referendada na Constituição de 1934, em resposta a presença majoritária dos trabalhadores no cenário político e ao

¹³ Por mais que o desenvolvimento capitalista operado no país tenha possibilitado o ingresso na fase industrialização pesada, o mesmo não implicou qualquer alteração significativa em relação à estrutura fundiária (SANTOS, 2012b, p. 100).

mesmo tempo como iniciativa em favor da industrialização crescente. Essa legislação era voltada apenas para trabalhadores urbanos com carteira assinada e com o sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho – nesse quesito, o Estado se coloca em posição de harmonizador entre patrão e funcionário. Os desempregados, trabalhadores informais e rurais ficaram por muito tempo sem cobertura das legislações. É perceptível o caráter regulatório e corporativista na destinação de tais proteções sociais, e que se terá traços de continuidade nas legislações seguintes, no trato do enfrentamento da questão social.

As análises da questão social, no período de 1930 a 1945, revelam que, na experiência republicana brasileira, sempre que as elites governantes produziram importantes decisões de política social, quer sob pressão das massas, quer em movimentos antecipatórios, foram, ao mesmo tempo, capazes de impor retrocessos na ordem política vigente (BARBOZA, FREIRE, 2006, p. 3).

No ano de 1943, ocorreu a instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que previa que a estrutura sindical deveria estar atrelada ao Estado, tendo este um alto nível de regulação. Concomitantemente, o período de 1950 foi marcado pela disputa de projetos e a busca pelo desenvolvimentismo dentro de uma perspectiva de substituição de importações de modo a fortalecer o mercado interno. O aumento expressivo da classe trabalhadora levou a uma maior organização e consciência de classe, onde se acirravam cada vez mais as tensões sociais. Como nos diz Behring, Boschetti (2008, p. 110) “[...] esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas¹⁴. [...]”

Com a ditadura militar instaurada no Brasil, em 1964, se consolida a fase imperialista do capitalismo, onde os centros imperialistas vão se difundir com a hegemonia dos EUA para tentar impedir um processo de expansão do projeto político democrático da sociedade através de uma contra-revolução preventiva, de sucessão de golpes de Estado, para evitar a transformação de baixo para cima; ou seja, tinha como objetivo impedir as organizações e lideranças da classe subalterna, se colocando assim a serviço do grande capital. (Ianni, 1981)

¹⁴ Período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por quinze anos de forma contínua, entre 1930 a 1945.

Conforme Soares (2001), na agenda neoliberal de política social, o bem-estar social pertence ao âmbito privado. Ao contrário da política social ser constitutiva do direito de cidadania, retrocede-se a uma concepção focalizada, emergencial e parcial, ou seja, transfere-se para o indivíduo a responsabilidade de sua sobrevivência, onde cada um dá conta de si mesmo. Esses aspectos fazem com que cresça ainda mais a desigualdade social e conseqüentemente, o acirramento das expressões da questão social, o que vamos tratar mais a fundo nos próximos itens.

2.3 A questão social no Brasil contemporâneo

De acordo com lamamoto (2011), devido ao desencadeamento da crise do capitalismo gestada na década de 70 do século XX, teve como conseqüência marcantes alterações tanto na forma de produção, quanto da gestão do trabalho em relação às exigências postas do mercado de trabalho mundial sob o comando do capital financeiro, que alterou profundamente as relações entre o Estado e sociedade. Isso fez com que novas mediações históricas reconfigurassem o trato a *questão social* na cena brasileira contemporânea, no contexto de mundialização do capital.

Obviamente que a centralização e concentração de capitais que marcam a mundialização-termo que Chesnais (1996) prefere utilizar, em vez de “globalização”- vem de períodos anteriores, marcadamente, desde o final do século XIX. Entretanto, o papel que ela cumpre durante o fordismo expandindo suas bases através de investimentos produtivos em países do chamado Terceiro Mundo, altera substantivamente a sua forma quando da recessão de 1974-75. Predominam, a partir de então, no lugar das tradicionais filiais das matrizes multinacionais, localizadas nos países cênicos, a terceirização de setores da produção e da comercialização, cujos contratos assentam-se na inexistência de vínculos formais entre as contratadas e os monopólios: são as chamadas “empresas-rede”. (SANTOS, 2012, p. 180)

Conseqüentemente dentro dessa lógica financeira do regime de acumulação, como ressalta lamamoto (2012. p. 142), “[...]. Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, as distâncias entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados. [...]” O

processo de “substituição de importações” que marca esse período, faz com que muitas empresas nacionais fechem as portas, que se elevem as taxas de juros, o aumento de capitais especulativos, fazendo com que cresça a necessidade de financiamento externo, e com isso, a dívida interna e externa, ampliando-se assim o *déficit* comercial. Isso corrobora com que se reduzam os níveis de emprego, agravando assim a questão social e a regressão de políticas sociais públicas, bem como retrocessos nos índices de desenvolvimento econômico, social e humano.

Segundo Harvey (1993), quando se substitui o padrão fordista-keynesiano de produção (devido à crise de superprodução, nos anos 70), pelo padrão toyotista (caracterizado pelo fim da produção em massa e pela adoção da produção flexível), tem-se profícuos impactos, tanto na esfera da produção quanto das relações sociais. Os processos de reestruturação produtiva afetam profundamente a organização dos processos de trabalho, intensificando a jornada de trabalho, trazendo graves rebatimentos sobre o mundo do trabalho, como a precarização dos direitos dos trabalhadores, heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Reduzindo a demanda de trabalho vivo, aumenta o contrato de trabalhos mais flexíveis, agravando assim o desemprego estrutural. Como bem explicita Santos (2012, p. 184) “[...] A fragmentação da classe trabalhadora a partir da fragilização de seus vínculos empregatícios é notável, enfraquecendo os mecanismos sindicais [...]”

Behring (2003), ressalta ainda que as mudanças na sociedade nos anos 80 tiveram por padrão as políticas como um todo elaboradas pela burguesia internacional, em parceria com o Banco Mundial (BM) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contidas no chamado “Consenso de Washington”. A orientação das organizações internacionais a partir do “novo consenso” passa a ser a de reformas sociais que têm a pobreza como eixo central, provocando agudas reconfigurações nas políticas sociais e fortalecendo as bases das propostas de privatização e contra-reforma do Estado no Brasil.

O processo de retração estatal e concomitantemente privatização das políticas sociais no Brasil e na América Latina com a introdução de cobranças “seletivas” para determinados serviços básicos essenciais...

criando um setor público para os pobres, sem recursos e cada vez mais desfinanciado; e, de forma “complementar”, um setor privado para quem pode pagar, e o que é mais grave, cada vez mais subsidiado com recursos públicos. (BEHRING, 2003)(GIANNOTTI, 2009)“ (SOARES,2001, p.11)

Ainda em conformidade com o exposto, tem se agregado a esse processo, a necessidade de se reduzir a ação estatal, para com o suprimento das necessidades básicas das massas populares mediante a redução de gastos sociais, em função da chamada “crise fiscal” do Estado.

A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, a favor do grande capital financeiro em nome de honrar os compromissos morais do Estado com as dívidas interna e externa. (IAMAMOTO, 2011, p. 144)

Nesse cenário, ao mesmo tempo em que as expressões da questão social têm sido radicalmente acentuadas no campo brasileiro, ao contrário, presencia-se uma retirada gradativa do Estado na responsabilidade perante o seu enfrentamento. Os direitos constitucionais estão sendo paulatinamente substituídos pelos direcionamentos orientados pela cartilha do “Consenso de Washington”. Para lamamoto (2011, p. 144) “[...] a “velha questão social, metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. [...]”

A autora Yazbek (2001, p. 38), sintetiza a particularidade do caso brasileiro do processo de retração orçamentária dos financiamentos de despesas sociais como:

“[...] as políticas sociais que historicamente tem-se caracterizado pela subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista que emoldura a história econômica e social do país tenderão neste quadro de regressão de direitos a acentuar seu perfil assistencialista e clientelista, no perverso processo de transformar em favor o que é direito. Processo marcado pela exigência de contrapartidas e pela busca da lealdade dos subalternos.”

Desse processo, temos como resultantes ações com caráter focalizado e seletivo, onde dominam as ações minimalistas de “combate à pobreza”, destinadas ao mais miserável. Nos dias atuais, podemos perceber essa realidade sendo

exposta nos Programas de Transferência de Renda¹⁵, com destaque para o programa Bolsa Família (criado pela Lei número 10.836, de 2004), que é o maior programa de transferência de renda criado no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de Proteção Social. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa atende atualmente mais de 13,8 milhões de famílias em todo o território nacional nos 5.570 municípios brasileiros. Para Santos (2012), “[...]. Não se trata de desconhecer a importância e/ou validade dos Programas de Transferência de Renda, mas de identificar criticamente os critérios e intencionalidades de sua implantação. [...]”

[...] esses programas foram criados numa conjuntura socioeconômica marcada pelo crescimento acentuado do desemprego, acompanhado do incremento de formas de ocupações precárias e instáveis, sem a proteção social garantida pela previdência social; rebaixamento do rendimento da renda proveniente do trabalho; crescimento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos; ampliação dos índices de pobreza e da desigualdade social. (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 135)

Segundo Santos (2012), a questão social assume patamares de um desastre social, que potencializa as contradições que alimentam as lutas sociais, surgindo assim, uma nova forma de lidar com as múltiplas manifestações da questão social no quadro brasileiro; seguindo o viés neoliberalista (que usa os mecanismos de suspensão de gastos com setores sociais e a retirada do papel do Estado da intervenção social), em que as políticas sociais e os serviços são dirigidos para o mercado (privada), ou para a sociedade civil (terceiro setor).

As mais importantes expressões da *questão social* são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens. (IAMAMOTO, 2011, p. 147 – grifos da autora)

De acordo com Montañó (2010), o terceiro setor representa as ações filantrópicas, o voluntariado, as organizações sociais solidárias e ONGs

¹⁵ São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar, predominantemente, no caso dos programas federais, de meio salário mínimo. (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2011, p. 135)

(organizações não-lucrativas e não-governamentais), que não se enquadram na esfera estatal e mercantil, pois suas ações são realizadas na sociedade civil. Vale ressaltar, segundo Gramsci (1990 *apud* Coutinho), que a sociedade civil se complexifica e trasborda para a esfera política, se direcionando para o consenso hegemônico quando a dominação e caráter burocrático do Estado caem por si. A sociedade civil tinha de ser também dirigente para ter a supremacia do Estado, ou seja, o terceiro setor está presente na sociedade civil e no Estado. Nesse sentido, “[...] os serviços estatais para pobres são, na verdade, pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 2010, p. 195). Trata-se de “um novo padrão [...] para a função social de respostas às seqüelas da ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda - mútua” (MONTAÑO, 2010, p. 22).

Nas palavras de Montaña (2010), o autor faz uma crítica ao chamado “terceiro setor”, que o mesmo caracteriza como um “fetiche conceitual” que atrapalha a visão e compreensão da realidade, pois o terceiro setor trata-se de um “fenômeno real”, que tem a função social de dar respostas à questão social, através das políticas sociais e assistência social de forma precária, focalizada, marginalizada e descentralizada. A privatização das políticas sociais assume uma lógica de resposta de valores de solidariedade individual. Partindo da mesma opinião, segundo a autora Yazbek (2001, p. 36) “[...] As seqüelas da “questão social” expressas na pobreza, na exclusão social e na subalternidade de grande parte dos brasileiros, tornam-se alvo de ações solidárias e da filantropia revisitada”.

[...] o debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória (MONTAÑO, 2010, p. 19).

Assim, se tem uma forma de mascarar o trato com a questão social, que vai sustentar a justificativa então de novos patamares de enfrentamento a partir da lógica do terceiro setor, pois esta nova intervenção é transferida para o âmbito individual e imediato. Nesse sentido, se tem a desresponsabilização do papel do Estado, caindo por terra uma mudança da realidade, que desmistifica a questão social e “apazigua” as lutas sociais (o que é funcional ao projeto hegemônico de

reconstrução do capital). O debate mistificado do terceiro setor faz com que o capital consiga encontrar uma forma de instrumentalizar a sociedade civil, deixando-a “dócil e amigável” e colocando em prática o projeto neoliberal. Como alerta Acanda (2006), “a sociedade civil tem sido usada como mecanismo de conduzir com êxito o projeto político de enfraquecer o “Estado social”, desmitificando o caráter de classe de muitos conflitos sociais”.

Podemos ainda incluir nessa órbita já elencada, segundo Iamamoto (2011), que na cena contemporânea no Brasil, se somam a esse quadro agudo das refrações da questão social, o analfabetismo, a baixa escolaridade das classes populares, as precárias condições e qualidade do ensino básico, as altas taxas de mortalidade infantil, e também a materna, e principalmente cresce no Brasil, a violência e as questões ligadas a segurança. Aumenta o número de homicídios, o crime organizado, sistema prisional precário, e de segurança e justiça criminal falho, que vão acirrar ainda mais expressões da questão social no Brasil contemporâneo. Como indica Netto (2013, p. 29) “A articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma face contemporânea da barbárie.”

2.4 O acirramento das expressões da questão social e o quadro da desigualdade social no Brasil contemporâneo

Diante de todo o exposto anterior, podemos chegar a concluir que essa contra-reforma de cunho liberal debilita o Estado perante os gastos com as refrações da questão social. O alvo preferido do governo brasileiro será no corte das políticas públicas o máximo que puder, fazendo com que aquelas condições já precárias, se agravem de forma mais freqüente em todos os âmbitos possíveis. O que traz no bojo contemporâneo da lógica pós-moderna, o culto do individualismo, onde o indivíduo tem que “se virar” na realidade. A questão social se complexifica, surgindo assim a necessidade de novas formas de enfrentá-la a partir das mediações históricas e do seu acirramento.

De acordo com Iamamoto (2013), algumas tendências vão se manter na cena contemporânea de raiz liberal e que interfere compulsoriamente nas respostas do trato das expressões da questão social.

A primeira tendência é o reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza [...] A segunda tendência é a moralização da questão social, ou seja, a subjetivação das necessidades, escamoteando as condições miseráveis de sobrevivência de amplos contingentes de trabalhadores sobrantes. [...] A terceira tendência [...] é a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações: esta junção atualiza o Estado Penal (WACQUANT, 2001) e permite reiterar uma antiga e persistente aliança entre repressão e assistência no trato da “questão social” em detrimento dos direitos civis, sociais e políticos do cidadão. (IAMAMOTO, 2013, p. 337)

Diante de uma série de imposições, ataques e precarizações ao mundo do trabalho pelo capital financeiro e da clara sobreposição da política econômica a política social, o Estado cumpre o seu papel classista na dinâmica de dominação capitalista. No cenário contemporâneo, tal Estado articula funções coercitivas com funções de geração de consenso social para a integração dos indivíduos na sociedade do consumo.

Neste sentido, sabendo-se que a questão social é resultado das relações capitalistas de produção e da lei geral de acumulação capitalista, que acaba por lançar os trabalhadores para fora do mercado – e que hoje se configura como exército permanente de reserva-, o desmonte das políticas sociais pelo Estado e delegação da solução à solidariedade e ao mercado privado é permeado pela disputa por direitos de cidadania, trazendo relevantes desafios ao terreno das lutas sob o qual atua diversos profissionais, dentre eles o Assistente Social.

No Brasil, teoricamente depois da Constituição de 1988, os brasileiros teriam seus direitos a educação, saúde, assistência, entre outros assegurados, mas diante do desmonte das políticas públicas, agrava-se mais o acirramento das expressões da questão social nos anos mais recentes, e conseqüentemente aumenta a desigualdade social. De acordo com dados do jornal El País (2015), por exemplo, o Brasil no ano de 2014 os gastos do governo subiram 6%, enquanto o país cresceu apenas 0,1%, é uma conta que obviamente não fecha, o que implica no cotidiano da vida dos brasileiros.

A desigualdade no Brasil é muito alta e estável. O 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha que um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta. Salvo uma pequena queda ao longo dos seis anos analisados, esses níveis de concentração mantêm-se praticamente os mesmos entre 2006 e 2012. (MEDEIROS, SOUZA, CASTRO, 2015, p. 975)

Esse quadro reflete no aumento considerado da miséria no Brasil, e segundo o jornal El País (2014) “Pela primeira vez em dez anos o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou, passando de 10,08 milhões em 2012, para 10,45 milhões no ano passado [...]”. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse quadro contradiz o discurso do governo PT em campanha eleitoral, que pregava a redução da miséria¹⁶ (principalmente em decorrência dos Programas de Transferência de Renda, como por exemplo, o Bolsa Família).

De acordo com o jornal O Globo (2018), “apenas cinco brasileiros detêm a riqueza da metade mais pobre da população brasileira, segundo relatório divulgado pela Oxfam¹⁷ antes do início do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça”. Kátia Maia (2018), diretora executiva da Oxfam Brasil afirma

“O que vemos é um aumento absurdo da concentração de renda e riqueza no mundo, provocando mais pobreza e o aumento das desigualdades. Isso mostra que a economia segue sendo muito boa para quem já tem muito e péssima para quem tem pouco. Entre os fatores que contribuem para esse quadro está a redução de custos trabalhistas, como salários e direitos, para maximizar retornos aos acionistas”.

Diante do exposto, fica claro que eliminar as desigualdades no Brasil se torna uma luta crucial, num país de poucas oportunidades como esse. Para que o Brasil reduza esse quadro de desigualdade, exige que se reduza a concentração da riqueza socialmente produzida em mãos de poucos. Sem essa perspectiva, o Brasil

¹⁶O Ipea considera em condição miserável as pessoas que não têm renda suficiente para uma cesta básica de alimentos, que varia de preço de acordo com a região pesquisada. De 67,24 reais em Belém do Pará, a 124,96 reais em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, segundo o cálculo do instituto.

¹⁷ Confederação de 17 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

não voltará a crescer de forma sustentável, e o abismo entre o mundo dos ricos e o mundo dos pobres só tende a aumentar.

Segundo fontes do Jornal o Globo (2017), o Brasil é um dos países com maior índice de desigualdade econômica, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas, é o décimo país mais desigual do mundo. O levantamento desses dados usou como referência o chamado Índice de Gini¹⁸, que é uma forma de calcular a disparidade de renda. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini, que varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima), do rendimento mensal real domiciliar per capita no Brasil foi de 0,549. Entre as grandes regiões, o menor índice foi no Sul (0,473) e o maior, no Nordeste (0,555) no ano de 2016¹⁹.

Todo o exposto nos leva a visualizar os impactos das desigualdades enquanto expressões da questão social e os rebatimentos que implicam na vida das classes menos favorecidas como: o crescimento desordenado das favelas nos grandes centros; aumento da fome e miséria; da mortalidade infantil; da taxa de desemprego; alta criminalidade e insegurança (principalmente nos grandes centros urbanos); aumento de classes sociais com menor poder aquisitivo; atraso econômico do país e a dificuldade dessas classes acessarem a serviços básicos de saúde como o transporte público, saneamento, educação de qualidade, entre outros.

Não podemos deixar de citar também a taxa de desemprego recente no Brasil, que enquadra como maior fator de pobreza hoje no país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁰, a taxa de desemprego no país ficou em 12,6% no trimestre encerrado em agosto do ano de 2017. No trimestre encerrado em maio de 2017, a taxa havia ficado em 13,3%, e em agosto de 2016, a taxa de desemprego havia sido de 11,8%. O que nos mostra que mesmo caindo de maio para agosto de 2017, a taxa de desemprego no Brasil, aumentou consideravelmente dentro de um ano.

¹⁸ O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912.

¹⁹ As informações são do módulo sobre Rendimento de todas as fontes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2016. (Fonte IBGE, 2017).

²⁰ Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Contínua, divulgada em 29 de setembro de 2017.

Segundo dados da Siga Brasil²¹ – execução orçamentária 2016, consultado em 24 de novembro de 2016, com um orçamento autorizado de R\$ 2,9 trilhões, os maiores gastos do governo federal neste ano foram: R\$ 572 bilhões com a previdência social, R\$ 109 bilhões com a saúde, R\$ 103 bilhões com a educação, R\$ 96 bilhões com reserva de contingência, R\$ 72 bilhões com trabalho, R\$ 59 bilhões com defesa nacional, R\$ 77 bilhões com a assistência social, R\$ 345 bilhões com encargos especiais e R\$ 1.35 trilhão com a dívida pública. O que nos mostra que o governo gasta menos com as áreas sociais, trabalho, saúde e educação e muito mais do orçamento com a dívida pública, o que gera um retrocesso e aumenta ainda mais as desigualdades das classes que necessitam cotidianamente do acesso aos seus direitos básicos para sobreviver.

Outro índice considerável a se destacar, é o indicador de uma plataforma online que mede a exclusão e a desigualdade no Brasil, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)²², é um estudo feito pelo órgão do governo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O estudo reúne 16 dimensões entre infraestrutura urbana, renda e trabalho e capital humano, e quanto maior o índice, piores são as condições de vida da população. O levantamento atualizou os índices de 5.565 municípios brasileiros, segundo avaliação feita pelo IPEA no ano de 2010, e o resultado pode ser analisado no mapa seguinte.

²¹ O Siga Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

²² Os dados que compõem os índices foram extraídos e desagregados dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para os anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Já os dados anteriores a esses anos, dizem respeito ao Censo de 2000 e 2010.

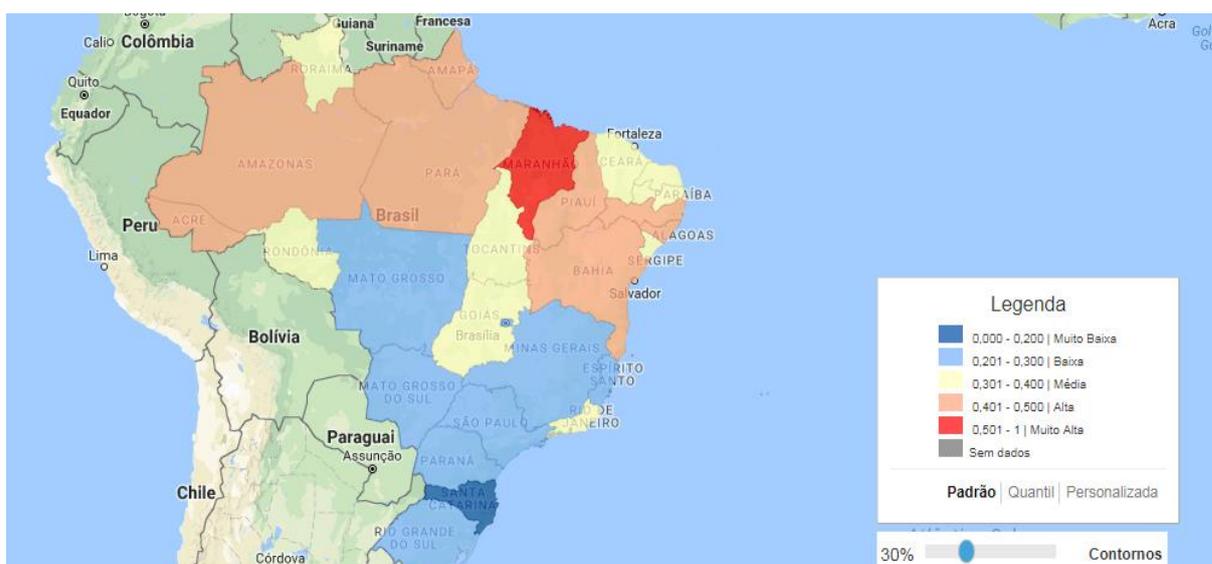


Figura 1 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) no Brasil no ano de 2010

Fonte: (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018)

Podemos tirar como base desse mapa, que no Brasil há um acentuado quadro de discrepância regional, com o índice de vulnerabilidade social (IVS) pior nas populações do norte e nordeste (principalmente nos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rondônia e Bahia). E o melhor índice de vulnerabilidade social nas regiões do Sul. Segundo dados do IPEA, a região metropolitana com a maior taxa de vulnerabilidade social no Brasil, é o Recife que apresentou um crescimento de 16,3% na condição de vulnerabilidade entre os anos de 2011 e 2015.

A plataforma online divulgada pelo IPEA, também faz a relação entre o IVS e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Brasil nos anos 2000, 2010 até 2015, em um indicador chamado de "prosperidade social" como podemos observar na planilha abaixo.

Brasil	Ano	IVS	IDHM	Prosperidade Social
<input type="text"/>	Selecione <input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Brasil	2000	0.446	0.612	Baixo
Brasil	2010	0.326	0.727	Alto
Brasil	2011	0.266	0.747	Muito Alto
Brasil	2012	0.249	0.753	Muito Alto
Brasil	2013	0.245	0.761	Muito Alto
Brasil	2014	0.243	0.767	Muito Alto
Brasil	2015	0.248	0.765	Muito Alto

Figura 2 – IVS, IDMH e Prosperidade Social no Brasil no ano de 2000, 2010 até 2015

Fonte: (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA 2018)

Como podemos perceber a partir da análise da planilha, entre os anos 2000 e 2010, o IVS caiu 2,7% ao ano, mas entre 2011 e 2015 a taxa de IVS caiu apenas 1,7% ao ano, sendo uma redução de vulnerabilidade social muito menor que registrada entre 2000 – 2010. Podemos assim concluir, que o Brasil interrompeu avanços sociais entre os anos 2011 até 2015, ou seja, houve retrocessos sociais. O IPEA ainda não tem os dados dos anos 2016 e 2017, mas diante dessas projeções e do aumento do desemprego e das reformas do atual governo, esses índices tendem a aumentar consideravelmente.

Apesar do conceito de prosperidade social ter aumentado de 2011 até 2015, a população mais vulnerável não acompanhou esse crescimento, pois não adianta ter uma prosperidade que atinja apenas 1% da população do mundo. Enquanto a desigualdade social continuar nesse aspecto que podemos chamar de intolerável, sempre vai existir dois Brasil em um só, o abismo entre essas duas classes sociais (ricos e pobres), só tende a se agravar cada vez mais. Não existe desenvolvimento econômico sem diminuir a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise por fontes bibliográficas marxianas no primeiro capítulo, dos aspectos gerais e do funcionamento do modo de produção capitalista, bem como o trabalho enquanto uma categoria fundante do ser social; a mercadoria vista por Marx como centro da sociabilidade humana; todo o movimento de acumulação e reprodução do capital para extração da mais valia excedente (lucro) dos capitalistas para continuar com a sua a acumulação, através da exploração do trabalho alheio. Os processos que os levam a garantir essa acumulação do capital e as estratégias para sair das crises iminentes desse modo de produção como, a financeirização, reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal.

No decorrer do exposto ainda no primeiro capítulo, compreendemos que a questão social é resultado das relações capitalistas de produção e da lei geral de acumulação capitalista, que acaba por lançar os trabalhadores para fora do mercado-e que hoje se configura como exército permanente de reserva-, que trazem demasiadas implicações no cenário contemporâneo brasileiro.

No segundo capítulo debatemos a questão social no Brasil contemporâneo, levando em consideração primeiramente as particularidades históricas da nossa formação social, gerada não apenas pelo nível da dependência externa das relações de produção, mas também traços arcaicos e atrasados de desenvolvimento desigual e combinados, ou seja, ao mesmo tempo em que se tem a expansão da riqueza também se expande as desigualdades sociais, e conseqüentemente o acirramento das expressões da questão social.

Analisamos dados recentes do Brasil no que se tange aos gastos do governo federal no ano de 2016, e concluímos que o maior gasto é com a dívida pública, o que descobre a manutenção dos direitos conquistados através da Constituição de 1988, como a saúde, educação e assistência social. Através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) podemos perceber o aumento da taxa

de desocupação no Brasil, que reflete como maior fator de desigualdade na atualidade.

No tocante a desigualdade social no Brasil, analisamos através do Atlas da vulnerabilidade social fornecido pela plataforma online do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que o índice de vulnerabilidade social (IVS) no Brasil, mostra que o país interrompeu avanços sociais entre os anos de 2011 a 2015, e que as regiões norte e nordeste do Brasil apresentam maior vulnerabilidade se comparadas com a região sul (onde se apresentou com menor índice de vulnerabilidade social). O que coloca um abismo entre ricos e pobres num mesmo país, com duas realidades diferentes, onde a maior concentração de riqueza social produzida encontra-se na mão de uma minoria, enquanto a outra maioria da população vive processos bárbaros de miséria e pobreza degradante.

Devemos considerar que enquanto sociedade, o Brasil e os brasileiros devem entender que sem um efetivo Estado democrático de direito, não teremos condições de combater ou reduzir a intolerante desigualdade social no país. Cabe ao conjunto da sociedade criar mecanismos para o desenvolvimento social e estabelecimento de um conjunto de regras que possam minimizar esse quadro de desigualdade social. Lutar coletivamente e politicamente para a garantia de direitos e levar as políticas sociais a sua efetiva cobertura, é compromisso de toda a sociedade para a garantia da emancipação política e emancipação humana, tendo em vista a buscar uma sociedade mais justa e igualitária. Onde haja a socialização real da riqueza socialmente produzida sem distinção entre ricos e miseráveis, onde haja socialização do poder político, por fim, a nosso ver, rumo a sociedade comunista.

Dada a importância do tema, ao sinalizarmos o debate sobre a questão social e o acirramento das suas expressões no Brasil contemporâneo, temos a consciência de que abordamos somente aspectos mais gerais de suas faces. Cada uma dessas expressões merece uma pesquisa aprofundada, algo que foge dos objetivos neste trabalho, posto que tanto as problemáticas que tendem a agravar a questão social (como a concentração de renda, de poder político e de terras no Brasil), quanto a problemáticas ligadas à sua forma de aparecer socialmente (a falta de moradia digna, as ocupações irregulares, a precarização da educação, da saúde, da seguridade social, das relações de trabalho, do transporte público, dos moradores

de rua, dos presidiários, da fome, da pobreza, da violência urbana institucional e social, guerras de todos os tipos, há ainda formas atuais de opressão ligadas ao racismo, a xenofobia, a homossexualidade, ao gênero etc.) – carecem estudos mais apurados que, extrapolam os limites de um Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Taxa de desemprego fica em 12,6% no trimestre encerrado em agosto. **EBC Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-09/taxa-de-desemprego-fica-em-126-em-agosto>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

ACANDA, J. L. **Sociedade Civil e Hegemonia**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 6, 2006.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, P. **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Balanço do Neoliberalismo. 1995.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Globo, O. Apenas cinco brasileiros detêm riqueza da metade mais pobre do Brasil : País ganhou 12 novos bilionários em um ano. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apenas-cinco-brasileiros-detem-riqueza-da-metade-mais-pobre-do-brasil-22314101>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

ATLAS da Vulnerabilidade Social (IVS). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, 2018. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra - reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, v. 2, 2011.

BLUME, B. A. Politize. **PARA ONDE VAI O SEU DINHEIRO? ENTENDA OS PRINCIPAIS GASTOS DO GOVERNO**, 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/gastos-do-governo-federal/>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

BORGES, R. Os direitos do brasileiro deixaram de caber no orçamento do Governo : A crise econômica e política do país põe as garantias da Constituição de 1988 em questão. **EI País**, 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/politica/1443113983_470233.html>. Acesso em: 22 Janeiro 2018.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORRÊA, M. Brasil é o 10º país mais desigual do mundo : País apresenta mais disparidades que vizinhos como Chile e México. **O Globo**, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

COUTINHO, C. N. **Gramsci - um estudo do seu pensamento político**. [S.l.]: Campus, 1990.

DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. D. **Para Ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas: Papyrus, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, S. D. M.; BARBOZA, D. R. A decomposição do Estado e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da questão social : os dilemas da cidadania e da democracia na contemporaneidade. **Revista Virtual Textos e Contextos**, Porto alegre (RS), n. 6, dezembro 2006.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Manual X, 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V. O Brasil das desigualdades : "questão social", trabalho e relações sociais, Brasília, 15, Jul./dez. 2013. 261-384.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: ABEPSS, Grafile**, Brasília, v. II, n. 3, Janeiro a Junho 2001. ISSN ISBN: 85-85610-20-4.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global, 3ª Ed, 1916.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política O processo de produção do capital**. [S.l.]: Boitempo, v. Livro I, 2013.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. D.; CASTRO, F. Á. D. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012 : estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n4/pt_1413-8123-csc-20-04-00971.pdf>. Acesso em: 27 Janeiro 2018.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em: 18 Janeiro 2018.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, v. 1ª, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo e Reificação**. 2º. ed. São Paulo: ICP-Instituto Caio Prado Jr., 2015.

____. **Uma face contemporânea da Barbárie**. [S.l.]: [s.n.], 2013.

____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

____. Cinco Notas a propósito da "Questão Social". **Temporalis/Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Graflin**, Brasília, v. II, n. 3, Janeiro a Junho 2001. ISSN ISBN: 85-85610-20-4.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2012.

PEREIRA, P. A. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: ABEPSS, Graflin**, Brasília, v. II, n. 3, Janeiro a Junho 2001. ISSN ISBN: 85-85610-20-4.

PNAD Contínua 2016: 10% da população com maiores rendimentos concentra quase metade da renda. **Agência IBGE Notícias**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18376-pnad-continua-2016-10-da-populacao-com-maiores-rendimentos-concentra-quase-metade-da-renda.html>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

ROSSI, M. Pela primeira vez em uma década, a miséria no Brasil para de cair : Levantamento oficial aponta para um pequeno aumento no número de miseráveis no país. **El País**, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/05/politica/1415223368_224808.html>. Acesso em: 27 Janeiro 2018.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, J. S. "**Questão Social**": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, v. 6, 2012.

SILVA, M. O. D. S. E.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. D. **A Política Social Brasileira no Século XXI**: A prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SOUZA, A. P. D. A. **Os Direitos Sociais na Era Vargas**: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. São Luís: UFMA, 2005.

TELLES, V. D. S. **Questão Social**: afinal do que se trata? 4. ed. São Paulo: Perspectiva, v. 10, 1996.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social : expressões da questão social no Brasil. **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: ABEPSS, Grafile**, Brasília, v. II, n. 3, Janeiro a Junho 2001. ISSN ISBN: 85-85610-20-4.